

# A LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA E PARA TODOS

## QUESTÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

 LIBERDADE e LUTA



# A LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA E PARA TODOS

São Paulo  
2021





# LIBERDADE e LUTA

liberdadeeluta.org

**Diretor:** Serge Goulart  
**Coordenação Editorial:** Lucy Dias e Chico Aviz  
**Projeto Gráfico:** Naylla Manenti  
**Capa:** Felipe Libório  
**Revisão:** Jéssica Stolfi



Participantes durante o 31º Congresso da UNE, em 1979, quando a entidade foi refundada após ser posta na ilegalidade em 1964.

Foto: Gildo Lima/Jornal do Brasil.

**A luta pela educação pública, gratuita e para todos:  
questões do movimento estudantil**

EM Livraria, Gráfica e Editora LTDA  
Rua Dom José de Barros, 17  
São Paulo/SP  
CEP: 01038 900  
Telefone: (11) 3104 0111

[www.livrariamarxista.com](http://www.livrariamarxista.com) | [www.liberdadeeluta.org](http://www.liberdadeeluta.org) | [souliberdadeeluta@gmail.com](mailto:souliberdadeeluta@gmail.com)

**Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro  
pode ser utilizado ou reproduzida sem a expressa  
autorização da Liberdade e Luta.**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

A luta pela educação pública, gratuita e para todos: [livro eletrônico] : questões do movimento estudantil / coordenação Lucy Dias , Chico Aviz. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Liberdade e Luta, 2021.  
PDF

Bibliografia  
ISBN 978-65-00-24373-4

1. Educação pública - Brasil I. Dias, Lucy. II. Aviz, Chico.

21-68362

CDD-371.010981

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Educação pública : Brasil : História 371.010981  
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

# ÍNDICE

- 05      Apresentação – Maritania Camargo
- 06      Qualidade e universalização da educação pública e gratuita: falsa polêmica e nossa posição – Fábio Ramirez e Lucy Dias
- 15      De pé a jovem guarda: UNE e UBES da fundação a degeneração – Chico Aviz
- 25      A luta pelos sindicatos de estudantes: livre, independente, democrático e socialista – Mayara Colzani
- 32      A luta pela educação pública, gratuita e para todos nas universidades privadas – Lucy Dias
- 53      A luta pela autonomia universitária e a posição dos marxistas – Esquerda Marxista e Liberdade e Luta
- 66      Passo a passo para a formação de um centro acadêmico
- 79      Outras referências

## APRESENTAÇÃO

*“Vamos parar de falar assim, ao acaso, apressadamente. Se queremos ser deslumbrantes, vamos pensar um pouco. Muita improvisação esvazia bestamente o espírito... Olhem a primavera; se chegar antes da hora, está perdida, pois o frio a matará”. – Tholomyès - personagem de Os Miseráveis, de Victor Hugo*

Durante os últimos cinco anos, acompanhei a Liberdade e Luta travando árduas batalhas em defesa da educação pública, gratuita e para todos, não só contra a classe dominante, mas também contra as diferentes organizações de esquerda que há muito baixaram essa bandeira. Neste combate, o resgate histórico e a rigidez de princípios foram e permanecem sendo o fio condutor para o êxito dos jovens e trabalhadores.

O girar da história ainda não nos deu a primavera, como nas palavras de Tholomyès. Não estamos no tempo da beleza, mas o outono nos traz a colheita e aqui estão os frutos teóricos de uma juventude de combate, que estará preparada quando a hora chegar.

É nesse espírito que a Liberdade e Luta traz este compilado de textos que tratam da educação: um resgate da história desse direito conquistado tão arduamente pelos trabalhadores, a educação pública, gratuita e para todos e uma polêmica com a questão da qualidade; a história do movimento estudantil em nosso país, através das organizações dos estudantes – UNE e UBES; a luta pela educação pública, gratuita e para todos nas universidades pagas; a defesa do direito à auto-organização estudantil com o texto sobre os Sindicatos de Estudantes, acompanhado de um modelo de Estatuto baseado nos princípios da liberdade sindical, da democracia, da construção pela base, da independência política e financeira, da luta pela educação pública, gratuita e para todos e do socialismo; e, por fim, um debate sobre a posição dos marxistas sobre a Autonomia Universitária.

Os textos aqui presentes não falam ao acaso, são os frutos dos últimos anos de experiência e, com certeza, ajudarão não só a juventude, mas todo aquele que se emociona com os conhecimentos que a humanidade acumulou, seja na medicina, nas artes ou na economia. Em um momento em que milhões de pessoas morrem nos quatro cantos do globo em razão de um vírus, é fundamental que nos debruçemos sobre a ciência e sobre a história. É desta forma que vamos fortalecer a luta não só pela educação pública, gratuita e para todos, mas pela transformação definitiva da sociedade.

Uma boa leitura a todos! Que sejamos deslumbrantes. Saudações revolucionárias!

*Maritania Camargo, professora e dirigente da Esquerda Marxista  
Joinville, 14 de abril de 2021.*

# QUALIDADE E UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA: FALSA POLÊMICA E NOSSA POSIÇÃO

– Fábio Ramirez e Lucy Dias



Manifestação da UNE em 1977 Foto: livro A Voz da UNE

## As origens do combate

A luta pela educação pública, gratuita e para todos surgiu pela primeira vez na Grande Revolução Francesa de 1789. Contra as ideias obscurantistas da Idade Média, a burguesia emergente levantou as premissas que mais tarde viriam a se tornar os pilares dos sistemas educacionais em todo o mundo, baseando-se em três principais pilares: a gratuidade, a laicidade e a obrigatoriedade do ensino oficial. Esses três pilares foram defendidos por todos os revolucionários, tais como Condorcet, Robespierre, Danton, Mirabeau, etc.

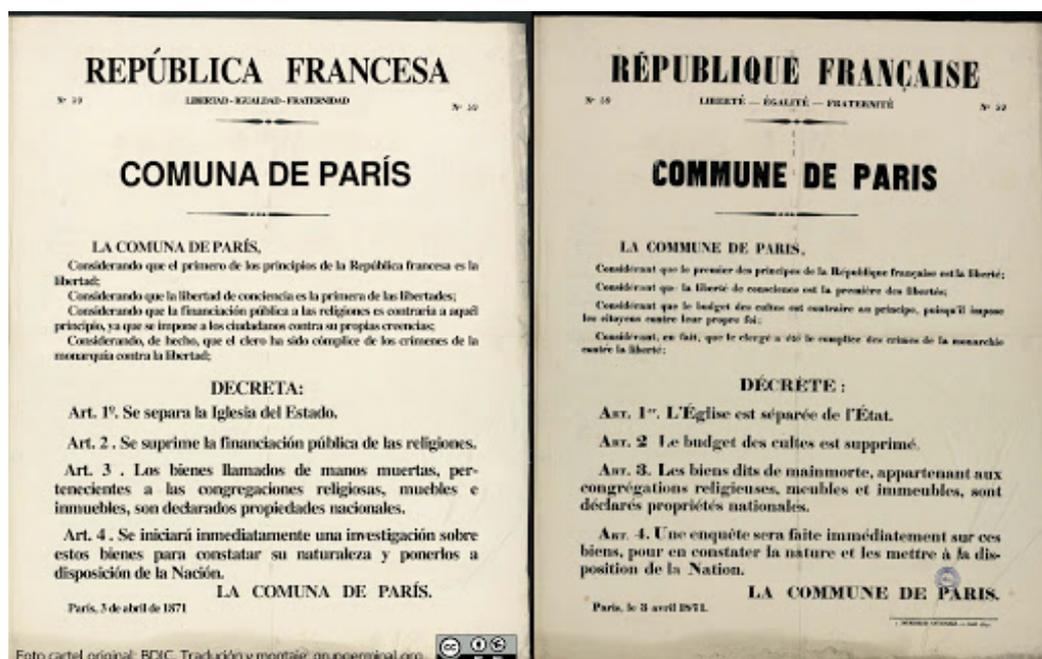
Além disso, os revolucionários defendiam a universalidade, contrapondo-se às ideias reacionárias do Clero e da Nobreza, que legavam aos pobres uma educação apenas para homens e voltada apenas para um conhecimento dos ofícios artesanais, enquanto os ricos tinham um conhecimento completo para a ilustração de seus espíritos.

Condorcet, por exemplo, defendia uma concepção de educação completamente avançada

para a época: a inclusão de todos no sistema de educação, incluindo as mulheres (vale lembrar que até aquele momento a educação para mulheres era proibida). Ele defendia que a educação era responsabilidade do Estado e deveria ser estendida a todos. Além disso, para que o ensino contribuísse para o desenvolvimento do pensamento, era necessária a liberdade, portanto, o ensino deveria ser laico. No antigo regime, os ricos tinham acesso a diferentes áreas do conhecimento enquanto aos pobres ficava reservada uma educação voltada ao aprendizado de ofícios. Condorcet propõe romper com isso, que o ensino fosse amplo, de todas as áreas do conhecimento para todos.

Inicialmente, as ideias de Condorcet não foram aplicadas na República Francesa. Foi apenas em 1881-1882, na esteira dos grandes eventos da Comuna de Paris de 1871, que a Assembleia Nacional francesa aprovou as leis republicanas que fundamentam os sistemas educacionais no mundo todo, seguindo os pilares: gratuidade, universalidade, obrigatoriedade e laicidade.

A Comuna de Paris foi o segundo grande evento histórico que remonta a conquista da educação pública, gratuita e para todos. Esse evento mudou para sempre a história do movimento operário. O povo passava fome enquanto os poderosos exibiam farturas. Em meio à Guerra Franco-Prussiana, no dia 18 de Março de 1871, a Guarda Nacional, que era composta por pessoas comuns, se recusa a obedecer às ordens do governo de Thiers e elegeu o Comitê Central da Federação das Guardas Nacionais. Eles tinham 2 mil canhões e 450 mil armas de fogo em seu poder. O governo de Thiers já havia transferido a capital para Versalhes, enviando 20 mil soldados à Paris para recuperar as armas da Guarda Nacional. Uma multidão de trabalhadores, incluindo mulheres e crianças, cerca a operação e em seguida chegam os soldados da Guarda Nacional. O resultado é que todos confraternizam. Ao final da noite, o Comitê Central da Guarda Nacional se dá conta que era o governo de Paris.



Decretos da Comuna de Paris Fonte: Grupo Germinal

Marx descreve esse momento como um assalto aos céus, a primeira vez que os trabalhadores tomam o poder do Estado e o estabelecem por 72 dias. Entre os seus legados está a constatação pelos trabalhadores da necessidade de destruir a máquina estatal burguesa. A Comuna oficializou o fim do exército permanente e a substituição deste pelo armamento geral do povo. Dissolveu a polícia e em seu lugar organizou milícias de homens e mulheres armados, que tinham a tarefa de garantir a segurança de todos. Proclamou a separação entre Estado e Igreja. Aboliu as antigas autoridades como juízes, tribunais, parlamento. Estabeleceu em seu lugar a gestão popular de todos os meios da vida coletiva, todos os cargos eram preenchidos por meio da eleição, com base no sufrágio universal e o direito da revogação dos mandatos a qualquer momento. Além disso, o

salário mais alto pago pela Comuna era um salário de um operário médio especializado; Decretou a gratuidade de todo serviço que fosse necessário à sobrevivência, como serviços públicos, e a saúde e educação passaram a ser públicas, gratuitas e para todos.

A Comuna preparou uma reforma escolar, fundamentada no princípio da educação geral, gratuita, obrigatória, laica e universal.

*“A concepção de educação elaborada pela Comuna era de que a formação deveria ser integral, voltada para o desenvolvimento do homem todo; para a formação do homem completo, para o desenvolvimento de todas as dimensões humanas, integrando a cultura física com o ensino técnico, que era a reivindicação da Primeira Internacional.”<sup>1</sup>*

A Comuna colocou em prática aquilo que a burguesia não fez em sua Grande Revolução e, mesmo derrotada, seus ecos impuseram que 10 anos depois, em 1881-1882, as leis sobre obrigatoriedade, gratuidade, laicidade e universalidade do ensino fossem realmente implementadas.

O terceiro grande evento histórico que deve ser considerado um marco na luta por uma educação pública, gratuita e para todos foi a Revolução Russa de 1917. Aprofundou as experiências anteriores e desenvolveu uma nova concepção para a educação, tratando da sua ligação com o trabalho. Essa não era uma novidade, a própria burguesia havia anteriormente desenvolvido essa concepção, porém ela foi abandonada pois o capitalismo exige dos trabalhadores um trabalho alienado e implementa uma escola onde a ligação com o trabalho sequer existia e onde era ensinado aos operários apenas o estritamente necessário para serem explorados.

A escola-trabalho foi amplamente desenvolvida e conceituada na Revolução Russa. Se baseava numa educação integral que trouxesse aos indivíduos um desenvolvimento completo e não apenas voltado para o aprendizado estreito ligado aos conhecimentos de uma profissão.

Os princípios da escola-trabalho se baseavam na educação geral, gratuita e obrigatória, estendida a todas as crianças de ambos os sexos; propiciar o desenvolvimento físico e multilateral, fornecimento de alimentação saudável e roupas garantido pelo Estado; a participação no processo produtivo desde a infância que preparasse as crianças para o trabalho intelectual independente e o desenvolvimento social; educação laica; organização democrática do trabalho escolar; garantia de plena liberdade de opinião e direito de associação dos professores; direito de receber educação escolar em sua língua nativa. Nessa concepção, o divórcio entre o trabalho intelectual e manual, tão presente na sociedade de classes, é rompido.



Fonte: Russia Beyond

<sup>1</sup> Disponível em: As lições da Comuna de Paris para a educação, Paulino José Orso, Revista Adusp.

Há outras diversas contribuições e considerações que foram desenvolvidas na experiência soviética de educação e que posteriormente foram destruídas pela burocratização stalinista. Entre as conquistas da Revolução Russa para a educação estão: universalização da educação pública, gratuita, laica e única; erradicação do analfabetismo, educação inclusive para os adultos; formação imediata dos professores; autodireção local; atendimento imediato das demandas trabalhistas dos professores; ensino gratuito, presença obrigatória e custeio de todo material escolar, vestimenta e calçados para os estudantes; educação como um processo criativo, não meramente instrutivo; eliminação de qualquer divisão entre os professores; máximo de 25 estudantes por sala de aula; proibição de qualquer tipo de punição na escola; cancelamento de todos os exames; todas as escolas com supervisão médica regular; conselho escolar composto por todos os seus estudantes e trabalhadores.<sup>2</sup>

Esses três eventos marcaram profundamente a história da luta por educação pública, gratuita e para todos e deles retiramos importantes lições para o combate de hoje.

## **A degeneração da ciência e da educação sob o imperialismo**

Para a burguesia, a partir da evolução do capitalismo para o seu estágio superior — o Imperialismo —, a educação pública, gratuita e universal se tornou cada vez mais o seu contrário. De alicerce para o progresso burguês à incompatibilidade com os interesses do capital.

À época da Grande Revolução Francesa, a universalização da educação surgia como a necessidade democrática da nova sociedade em ascensão. Era uma palavra de ordem burguesa contra o atraso do feudalismo, o qual concentrava os conhecimentos da humanidade sob o controle da Igreja.

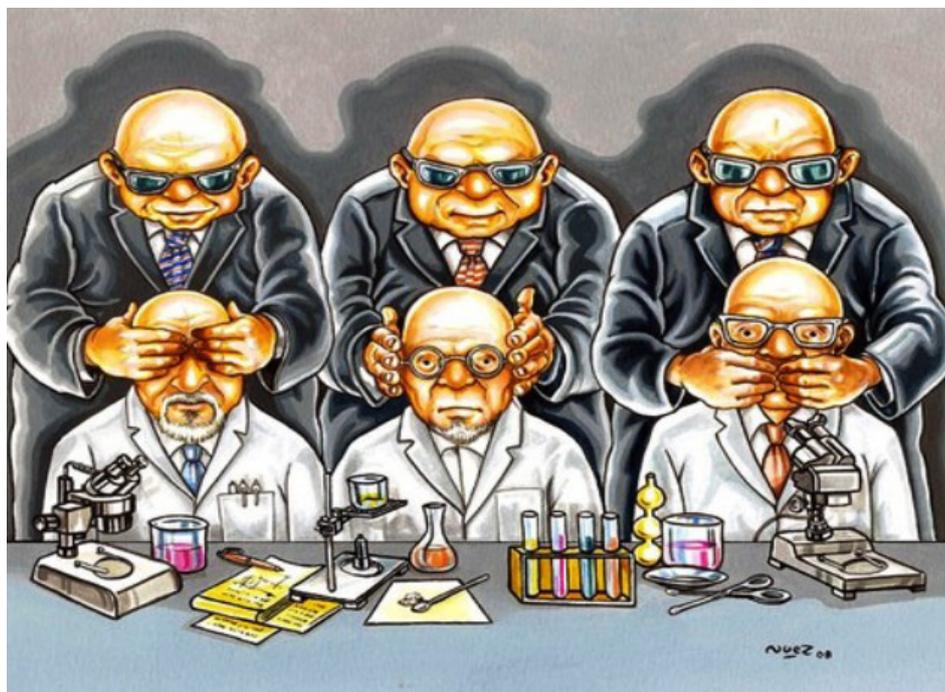
Todavia, com a transformação da propriedade burguesa em elemento retrógrado da sociedade — que se dá quando as forças produtivas cessam de crescer em escala global ao se chocarem com os limites estabelecidos pelo modo de produção capitalista —, a palavra de ordem de educação pública, gratuita e para todos começa a se chocar com os interesses da classe dominante.

As forças produtivas da humanidade sob o imperialismo, entre elas a ciência, converteram-se em forças destrutivas e os avanços científicos que temos alcançado têm sido utilizados para aumentar a exploração e opressão da classe trabalhadora em todo o globo. Alguns bons exemplos vão desde as comunicações, redes sociais e etc. usadas para vigiar, punir e vender, drones controlados por satélite para bombardear territórios a distância, até o controle da patente de vacinas sob sete chaves para manter o monopólio e os altos preços, lucrando com o conhecimento produzido e adquirido por milhares de anos de experiência e acúmulo de conhecimento de toda a humanidade.

Uma “nova” ciência surge nas universidades que nega a generalização, que volta sua face para o idealismo e está marcada por um profundo pessimismo: as ideias pós-estruturalistas, conhecidas como teorias pós-modernas, onde predomina o indivíduo e onde toda a sorte de pseudoteorias reacionárias e anticientíficas são criadas e disseminadas.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/as-conquistas-da-educacao-no-primeiro-ano-da-russia-sovietica/>



Fonte: Charge Nuez

A decadência imperialista imprime uma série de ataques aos serviços públicos, buscando diminuir o salário indireto. Vemos isso na saúde, educação, transporte, assistência e previdência com o claro objetivo de onerar a classe trabalhadora pela crise. Esses ataques se expressam nos cortes de bolsas de pesquisa, na redução do orçamento para a educação, no corte de verbas para universidades, na falta de contratação de novos professores, na falta de investimento para aperfeiçoar sua formação, na criação de categorias de professores menos valorizadas, na contrarreforma do Ensino Médio, nas Contrarreformas Universitárias e na transformação do ensino técnico em formação de auxiliares, rebaixando sua formação. Todos esses ataques têm como objetivo a ampliação da privatização da educação em todos os níveis. Diante da crise capitalista, onde diversos setores já foram privatizados e estão sob o controle da burguesia, a sanha pela privatização dos serviços públicos é voraz e atinge em cheio a educação e ciência. Daí a degeneração da produção científica e o desmonte do que resta dos serviços públicos, a ampliação da Educação à Distância e todo tipo de privatização e precarização.

O direito à educação está sendo amplamente atacado e assim vemos uma enorme taxa de evasão escolar, desistência do vestibular, inadimplência e trancamento de matrículas do ensino superior. Em tempos de pandemia, vimos o agravamento gritante desse processo, mostrando que mais do que nunca a defesa da educação pública, gratuita e para todos é, em se tratando de educação, a única exigência séria que estudantes, servidores e professores podem contrapor à degeneração capitalista.

## **Os países sob dominação imperialista e a educação laica, obrigatória, pública, gratuita e para todos**

Em um país dominado pelo imperialismo, como o Brasil, a burguesia é incapaz de realizar qualquer tarefa democrática sem entrar em choque com os interesses do capitalismo imperialista. O fato é que essas burguesias dos países dominados já não têm sequer um papel independente e atuam como sócias menores do imperialismo, aplicando seus interesses. Dessa forma, essas economias atrasadas sequer realizaram sua própria revolução burguesa e suas tarefas democráticas, como universalização dos serviços públicos, reforma agrária, reforma urbana etc. Mantêm-se petrificadas como estavam em períodos coloniais e semicoloniais. É assim que a educação pública, gratuita e para todos, em todos os níveis, jamais foi alcançada no Brasil. A educação gratuita,

obrigatória e universal até o ensino médio é uma conquista que a classe trabalhadora inscreveu na Constituição muito tardiamente, apesar e contra uma burguesia atrasada intelectual, econômica e politicamente. Ainda assim essa conquista é contraposta com a abertura para a iniciativa privada na educação. É assim que hoje mais de 76% da educação superior está nas mãos da iniciativa privada e com a “Reforma do Ensino Médio” vemos esse processo galopando para a educação infantil, fundamental e média.

A laicidade do ensino, outro pilar de reivindicação da burguesia em seu período revolucionário contra o obscurantismo religioso da Idade Média, é agora atacada por setores da burguesia que se colocam contra a ciência e o pensamento crítico. Projetos de Lei como aqueles da “Escola Sem Partido” (Lei da Mordaça), ataques à Autonomia Universitária (liberdade de pensamento científico, artístico e político) e às Liberdades Democráticas (organização, manifestação e expressão) fazem parte do cardápio burguês contra a laicidade do ensino e pesquisa.

*“Os países coloniais e semicoloniais são, por sua própria natureza, países atrasados. Mas esses países atrasados vivem em condições do domínio mundial do imperialismo. Por isso que seu desenvolvimento tem um caráter combinado: reúne em si as formas econômicas mais primitivas e a última palavra de técnica e da civilização capitalista. É isto que determina a política do proletariado dos países atrasados: ele é obrigado a combinar a luta pelas tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial. Nessa luta, as palavras-de-ordem democráticas, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas históricas distintas, mas decorrem umas das outras.”<sup>3</sup>*

Tal como Trotsky expressou no “Programa de Transição: A agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional” sobre os países dominados, compreendemos que a luta pela educação pública, gratuita e para todos figura entre as bandeiras democrático-burguesas que estão na ordem do dia da luta do proletariado por sua emancipação e que de forma alguma está divorciada da luta pelo socialismo, pois compreendemos também que dado o caráter atrasado da burguesia em nosso país, apenas uma revolução socialista, encabeçada pelo proletariado, pode dar vitória plena e final à luta pela educação pública, gratuita e para todos assim como a tantas outras bandeiras democráticas.

O sentido dessa luta tem como objetivo uma agitação permanente das massas trabalhadoras em torno de suas necessidades imediatas para pavimentar o caminho de suas lutas políticas e de sua tarefa histórica: a conquista do poder e o controle democrático e planejado de toda a produção. Sem disseminar ilusões no proletariado afirmamos que a educação pública, gratuita e para todos não é possível sob o capitalismo e que nossa tarefa é disputar centímetro por centímetro a consciência da classe trabalhadora e da juventude de que para resolver qualquer de suas necessidades é necessário uma luta encarniçada contra a propriedade privada dos meios de produção que levam a educação e a vida à atual situação que vivemos: traços de barbárie e absoluto abandono dos sujeitos à sua própria sorte.

## **E a qualidade?**

Em qualquer congresso estudantil ou sindical na área de educação, as lideranças que se reivindicam da esquerda terminam por fazer coro com os setores à direita e buscam com todas as forças combater a insígnia de “educação pública, gratuita e para todos”. Em oposição, utilizam a fórmula de “educação pública, gratuita e de qualidade”, e, às vezes, acrescentam “laica e socialmente referenciada”, para dar o ar de radicalidade. Por que isso ocorre? Está errado reivindicar qualidade?

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/programa/cap02.htm#15>



Fonte: Observatório do terceiro setor

Em primeiro lugar, é necessário partir da constatação gritante e vergonhosa que a maioria das organizações sindicais e estudantis em educação abandonaram a luta pela universalização da educação em todos os níveis. A UNE, em seu Congresso de Refundação de 1979, defendia essa bandeira, por isso afirmamos que as forças políticas que compõem sua direção abandonaram essa luta. E assim o fizeram por não confiarem no potencial revolucionário da classe trabalhadora e por terem se adaptado aos interesses capitalistas, inclusive na educação – daí que surge, por exemplo, a bandeira pela regulamentação do ensino superior, isto é, a aceitação do avanço da iniciativa privada na educação.

Outro aspecto dessa adaptação está na incorporação do discurso dos gestores do capital na educação de que uma massiva universalização levaria à redução da “qualidade” do ensino. As universidades pagas massificadas são o exemplo perfeito para se encaixar em sua teoria, quanto maior a quantidade de estudantes que acessam o ensino superior pago, menor a qualidade do ensino ofertada.

Além disso, a “qualidade” é um conceito altamente subjetivo. É na verdade uma medida. A qualidade pode ser ruim ou boa. E qual seria a referência? A qualidade da educação para um é diferente da educação de qualidade para outro. Num país com dimensões continentais como é o caso do Brasil, a qualidade da educação em uma região é totalmente diferente da qualidade da educação em outra e cada escola e universidade inevitavelmente parte de condições diferentes que imprimem e exigem uma “qualidade” diferente. Portanto, a luta que as direções reformistas agitam pela “qualidade” é um engodo que serve para iludir uma massa de estudantes e trabalhadores da educação que com razão querem melhor qualidade de estudo e trabalho, mas se perdem em torno de um conceito abstrato.

Compreensivelmente, a maior parte dos trabalhadores da educação ou estudantes utilizam a palavra de ordem sem entender o que as direções buscam com ela omitir: a organização do combate coletivo pela melhoria real das condições em cada local. As direções das organizações estudantis e sindicais em educação cruzam os braços e fecham os olhos para essas necessidades concretas enquanto agitam a bandeira abstrata da qualidade. Agitam e discursam sobre a necessidade de lutar por uma “educação de qualidade”, mas não ousam apontar que é necessário um orçamento para a educação que permita melhorar a qualidade. Terminam assim por contrapor a luta pela qualidade à luta pela universalização e a luta pela melhoria das condições de estudo,

pesquisa e trabalho. Pois, sem ousar lutar por mais investimento, a única forma que enxergam como possível para um suposto aumento da qualidade é a diminuição de custos, o que contraditoriamente leva à redução de vagas (acesso) e qualidade (diminuição do número de professores por alunos, portanto aumento do número de alunos por sala de aula, diminuição de equipamentos e estrutura, etc.).

A real situação é que a maioria dos jovens não tem acesso à educação pública gratuita, pelo fato de não existir vaga suficiente. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 5,8 milhões de pessoas se inscreveram para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2020. Ao mesmo tempo em que o governo oferece apenas 251 mil bolsas do PROUNI e 209 mil vagas em instituições públicas de ensino superior, via o Sistema de Seleção Unificada (SISU). A imensa maioria dos que se inscreveram não vão poder estudar ou terão que pagar para isso.

A luta por vagas para todos no ensino público e gratuito é a palavra de ordem que se conecta com o sentimento da maioria dos jovens e trabalhadores e possui um sentido revolucionário, pela capacidade de colocar milhões em movimento pela educação ao mesmo tempo em que questiona o sistema excludente — montado para garantir os lucros dos tubarões do ensino.

Ao entrar em combate por educação pública, gratuita e para todos, as massas têm a chance de aprender que é o capitalismo o responsável por não haver vagas e por sucatear as poucas existentes. Qualquer reivindicação democrática, se levada à última consequência, é um caminho em direção à derrubada do sistema capitalista e sua superação pelo socialismo.

Para os dirigentes reformistas — os que não acreditam que é possível construir o socialismo e se limitam a tentar consertar o capitalismo —, omitir a palavra “para todos” é uma boa alternativa para sustentar seus desejos de convivência entre capital e trabalho. De aceitar a privatização do ensino superior, desde que as vagas públicas sejam de “qualidade”, claro! E vemos a falácia dessa “qualidade” quando vemos as dificuldades dos estudantes, professores e servidores em relação à moradia, baixos salários, terceirização, falta de estrutura, falta de permanência, cortes de bolsas e etc.

Enquanto defendemos firmemente a educação pública, gratuita e para todos, em todos os níveis, não nos abstermos de lutar pela “qualidade”. Mas fazemos isso de maneira concreta, enquanto os reformistas falam em “qualidade” de maneira abstrata. A palavra de ordem “educação de qualidade” não serve de nada se não descer ao concreto. Em cada local, levantamos quais são as demandas concretas para melhorar as condições de estudo, pesquisa e trabalho. A partir das demandas concretas para cada local, organizamos a mobilização pelas exigências que necessitamos. Só assim de fato poderá ser obtida melhor qualidade! Essa luta nos levará a combater pelo aumento dos orçamentos nas escolas e universidades públicas e federais, por todo dinheiro necessário para educação e ciência pública e, conseqüentemente, pelo fim do pagamento da Dívida Pública — que suga o orçamento nacional desviando mais de R\$ 1 trilhão por ano para os especuladores. Nas universidades pagas, essa posição levará ao questionamento dos lucros e receitas que as mantenedoras escondem para salvar seus lucros e então nosso enfrentamento se dará sob a palavra de ordem “Seu lucro é o nosso prejuízo!” em um confronto direto contra o capital em benefício das melhorias que necessitamos para trabalhar, pesquisar e estudar. Esse confronto não poderá acontecer sem questionar a propriedade privada da educação nessas instituições e daí que surgirá a demanda pela federalização das universidades pagas que recebem dinheiro público, por dinheiro público para educação pública.

Em coro, estudantes e trabalhadores da educação no setor público e privado devem retomar a bandeira pelo fim do ensino pago: por educação pública, gratuita e para todos, unificando a luta contra a as direções traidoras e contra todos os governos que aceitam e organizam a privatização da educação e dos serviços públicos.

Esse é o caminho para a mobilização permanente e revolucionária para pôr abaixo o capitalismo e a degeneração que promove na educação e na ciência. Esse é o caminho para a transformação radical da sociedade, da luta pelo socialismo, pela planificação democrática da economia sob controle dos trabalhadores que, por sua vez, transformará plenamente a educação e a ciência de mercadorias a patrimônios produzidos coletivamente e a serviço de todos.

# DE PÉ A JOVEM GUARDA: UNE E UBES DA FUNDAÇÃO A DEGENERAÇÃO

– *Chico Aviz*

A juventude é a chama da revolução. Em todos os grandes momentos de revolta na luta de classes os jovens colocam sua disposição e energia, seja como a ponta de lança destes processos, seja integrando as fileiras da classe trabalhadora. Contudo, assim como na mobilização operária, as marcantes atuações das novas gerações se destacam quando estão organizadas, pois, com unidade os seus gritos de insurgência ecoam aos quatro cantos com mais veemência. Neste sentido, é preciso entender como surgiram, se desenvolveram e como estão a União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

## **UNE: a classe estudantil, sempre na vanguarda<sup>4</sup>**

A União Nacional dos Estudantes (UNE) é a entidade mais importante do movimento estudantil brasileiro e a maior da América Latina. Seu surgimento data de 11 de agosto de 1937, em plena Ditadura do Estado Novo, no Rio de Janeiro, onde o antigo Conselho Nacional de Estudantes passou a se chamar UNE, justamente com o intuito de consolidar uma representação máxima para unidade e organização estudantil.

O pioneirismo organizacional deu-se a partir de 1901 com a Federação dos Estudantes Brasileiros e, em 1910, com o I Congresso Nacional de Estudantes, realizado em São Paulo. A ampliação da atuação unificada por melhores condições de estudo, acesso à educação e liberdades democráticas, em uma República burguesa completamente excludente, fez a CNE crescer, envolvendo-se nas discussões políticas centrais do Brasil. Com as disputas entre burgueses e oligarcas que culminaram no golpe de Estado de 1930, dirigido por Getúlio Vargas, intensificou-se a luta de classes no país e, conseqüentemente, a politização entre os estudantes, tornando fundamental a formação de uma entidade que centralizasse suas reivindicações. Assim, a UNE passou a convocar congressos para decidir as políticas de suas direções, que passaram por transformações ao longo destes 84 anos de existência.

---

<sup>4</sup> Hino da UNE, de Carlos Lyra e Vinícius de Moraes, 1963. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BBD8v6cZG6Y>>. Acesso em: 24 fev. 2021.



Estudantes participantes do VI Congresso Nacional dos Estudantes no gabinete de Gustavo Capanema, Ministro da Educação da Era Vargas, em 1938 (Acervo CPDOC/FGV).

Ressalta-se que a adaptação da direção da UNE ao Estado não é um acontecimento apenas do aparelhamento aos governos petistas, pois mesmo em sua fundação, o atrelamento entre direção e o Estado Novo eram grandes, como parte da política varguista de controlar as entidades de classe. Exemplo disto é a concessão do prédio do Clube Germânia, no Rio de Janeiro, para a sede da UNE, em 1942 (um manejo de Vargas contra os Integralistas), e o decreto-lei nº 4080 do mesmo ano, que oficializou a UNE como representação dos universitários brasileiros, sendo, portanto, uma dupla investida de Vargas buscando firmar aliança com a entidade, leia-se, a controlar a entidade. Apesar disto, evidentemente, a UNE não se resumia a sua direção, mas possuía grandes mobilizações da base estudantil, como em 1943, quando estudantes impulsionaram a entidade na organização de manifestações em todo o país contra a ditadura Vargas.

Um destes atos foi feito pelo Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, chamado de “Passeata da Mordaca”, que termina com a violência policial assassinando o jovem Jaime da Silva Teles<sup>5</sup>. A definitiva ruptura da direção da UNE com o Estado Novo se deu apenas em março de 1945 com a morte do estudante Demócrito de Souza Filho<sup>6</sup>, no Recife, e com um comício contra o governo no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Contudo, o rompimento não foi em uníssono na juventude de esquerda, porque a Juventude Comunista do Partido Comunista Brasileiro era adepta, ao lado do trabalhismo, do Queremismo - movimento que defendia a possibilidade de Getúlio Vargas se candidatar às eleições presidenciais de dezembro de 1945 e sua permanência no poder executivo<sup>7</sup>. Mesmo assim essa ruptura possibilitou a ascensão de uma política socialista na UNE, especialmente com a direção de estudantes ligados ao Movimento pela Reforma Universitária da Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir de 1947.

---

5 Instituto de Estudos Brasileiros. A morte do estudante Jayme da Silva Telles. Disponível em: <[www.ieb.usp.br/a-morte-do-estudante/](http://www.ieb.usp.br/a-morte-do-estudante/)>. Acesso em: 24 fev. 2021.

6 UFPE. Demócrito Cesar de Souza Filho foi o grande herói do movimento estudantil. Disponível em: <[https://www.ufpe.br/arquivoccj/curiosidades/-/asset\\_publisher/x1R6vFfGRYss/content/democrito-cesar-de-souza-filho-foi-o-grande-heroi-do-movimento-estudantil/590249](https://www.ufpe.br/arquivoccj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/democrito-cesar-de-souza-filho-foi-o-grande-heroi-do-movimento-estudantil/590249)>. Acesso em: 24 fev. 2021.

7 Memorial da Democracia. Prestes reacende o queremismo. Disponível em: <[memorialdademocracia.com.br/card/prestes-reacende-movimento-queremista](http://memorialdademocracia.com.br/card/prestes-reacende-movimento-queremista)>. Acesso em: 24 fev. 2021.

Era quase a metade do século XX, permeado por conflitos políticos e bélicos tanto entre as frações das classes dominantes quanto entre os explorados de um país atrasado e dominado pelo imperialismo. Neste contexto, foi esta mudança de direção e a situação socioeconômica que fizeram explodir a primeira grande luta travada pela União Nacional dos Estudantes: o combate ao capital estrangeiro após a promulgação da Constituição de 1946. Esta pauta unificou-se na campanha “O Petróleo é Nosso”, que se estendeu até 1953 com a conquista da nacionalização e estatização desta riqueza com a criação da Petrobrás. O período marcou na história brasileira a capacidade que a juventude tem de auxiliar a classe trabalhadora na luta por nossos direitos e pela superação do estado de miséria gerado pelo capitalismo.



José Batista Oliveira Jr., presidente da UNE, discursando no comício do Petróleo é Nosso, no Rio de Janeiro, em 1957 (Acervo Infoglobo).

Ainda nos anos 1950, a direção da UNE passou até mesmo para as mãos da direita, em especial ligada à União Democrática Nacional, mas voltou a ter um caráter combativo pelos jovens trabalhadores na segunda metade da década. Com o apoio de sindicatos operários contra as condições de vida, o aumento de passagens de bondes, entre outras pautas, também estava na linha de frente na defesa dos empregos e da indústria nacional.

O pré-1964 é um período icônico na história brasileira. As reformas estruturais e a revolução estavam na ordem do dia. Nem os elementos contrarrevolucionários inseridos no movimento operário e estudantil tinham capacidade de calar os anseios das massas que exigiam mudanças profundas. O que faziam era tentar manipular as reivindicações com políticas conciliadoras entre burguesia nacional e proletariado. Essa correlação de forças, definitivamente, se fez presente nas políticas adotadas pela UNE, majoritariamente democrática-popular. Diante disso, as pautas da entidade somavam-se às Reformas de Base do Trabalhismo e demais partidos que compunham a Frente de Mobilização Popular, nesta tônica de conciliação. Porém, as massas trabalhadoras e estudantis estavam em ebulição e quanto mais se fervia a luta de classes, mais a política reformista naufragava.

Com tudo isso, a intimidação feita pelas forças reacionárias que realizaram o golpe militar de 1964 era frequente contra a UNE e seus militantes. Essas ameaças à legalidade da entidade se concretizaram com a primeira ação da Ditadura Militar, que foi incendiar a sede da União Nacional dos Estudantes, na Praia do Flamengo, na virada de 30 de março para 1º de abril daquele ano. Assim como foi feito com todos os combatentes da classe trabalhadora, a ditadura perseguiu, prendeu, torturou e assassinou jovens da UNE, além, evidentemente, de destiná-la à ilegalidade.

Vigiando e punindo os estudantes nas universidades por todo o país, os militares pesavam o chumbo contra a juventude, que, apesar de todas as dificuldades, seguia buscando denunciar e derrubar o regime, ao lado dos trabalhadores organizados. O episódio auge desta atuação consciente na ilegalidade foram as massivas manifestações de 1968, ocorridas em todo o mundo, mostrando a necessidade da superação do sistema capitalista. As revoltas se davam de todas as formas, mas tinham como ponto de unidade a ira contra a repressão e a miséria geradas pelo capital. A Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, é um marco destas mobilizações, nas quais a UNE foi peça fundamental para que ocorressem.



Vladimir Palmeira, o líder do movimento civil, discursou durante a Passeata dos Cem Mil, em 26 de junho de 1968 (Jornal do Brasil/CPDOC).

O recrudescimento da ditadura com o Ato Institucional nº 5, de 1968, aprofundou o golpe contra a classe trabalhadora e sua juventude. Invasões em congressos, com a prisão de milhares de estudantes, torturas e mortes, eram fatos cotidianos nas vidas dos militantes estudantis. Um exemplo é o presidente da UNE no começo dos anos 1970, Honestino Guimarães, que só teve seu atestado de óbito entregue à família em 1996. Além dele, inúmeros outros tiveram seu destino revelado apenas com a Comissão da Verdade, de 2011 a 2014.

No final dos anos 1970, a ditadura militar demonstrou enfraquecimento, devido a toda a mobilização da classe trabalhadora, abrindo a possibilidade da reestruturação da UNE, que obteve seu fruto com o 31º Congresso, realizado em Salvador, com 8 mil estudantes, em 1979. Este congresso é histórico para nossa luta no presente, pois reivindicou em seu Manifesto e na Carta de Princípios a libertação dos presos políticos, a solidariedade internacional com a classe trabalhadora e, fundamentalmente, a educação pública, gratuita e para todos!

O Congresso, bem como a reorganização do movimento estudantil e o processo de redemocratização, foi fruto de campanhas como o “Abaixo a Ditadura” e do papel desempenhado pela antiga Liberdade e Luta, conjunto trotskista de jovens que rompiam com o stalinismo e defendiam a revolução neste período de enfraquecimento da ditadura. Por todo esse contexto, a relevância do 31º Congresso da UNE é cada vez maior, principalmente ao compararmos com a atual política da direção da entidade que defende tudo, menos a universalização da educação. Em nossos dias, esta luta é travada praticamente pela Liberdade e Luta, que coloca na ordem do dia todos os serviços públicos, gratuitos e para todos, sendo uma política realmente socialista e revolucionária.

Os 21 anos de chumbo terminaram em 1984 com o processo de redemocratização, que po-

deria ter levado o Brasil à real democracia caso as direções operárias e estudantis não atuassem como freio para a revolta das massas trabalhadoras. Nas “Diretas Já”, foram inúmeras as intervenções da UNE convocando os estudantes às ruas, porém, sua direção foi uma das que exerceram esse papel de barrar os avanços necessários, por exemplo, ao apoiar a candidatura liberal de Tancredo Neves à Presidência da República. Nesta nascente da Nova República, foi aprovado no Congresso Nacional, em 1985, o retorno à legalidade da UNE.

No fim da década, nas eleições de 1989, a UNE atuou contra o programa apresentado por Fernando Collor de Mello, que apesar de vencedor, renunciou à presidência um dia antes da consumação de seu impeachment, em 1992, devido às monumentais manifestações da campanha “Fora Collor”, também protagonizada pelos estudantes e sua entidade. Porém, foi outro momento em que, não só a direção da UNE, mas principalmente a direção do Partido dos Trabalhadores foram barreiras para as mudanças que a classe trabalhadora e juventude brasileira precisavam.



Manifestações da UNE pelo Fora Collor (site UNE)

Os anos finais do século XX foram de intensas lutas levadas a cabo pelos trabalhadores e a juventude contra os governos ultraliberais do PSDB, liderados por Fernando Henrique Cardoso. Neste sentido a UNE lutou, em especial, contra o Provão (atual ENADE) e o aumento das mensalidades nas universidades privadas. A entidade reclama que este teria sido o segundo momento de *menor diálogo entre Estado e UNE*, atrás apenas da ditadura militar. Em uma simples afirmação, pode-se ver que a direção da entidade, de modo geral, já priorizava um atrelamento com o poder burguês. Porém, a força dos estudantes e a dinâmica da luta de classes fazem as direções romperem pactos, avançarem ou, ao menos, esconderem suas verdadeiras intenções para a manutenção de seu aparelho burocrático.

Contudo, o auge da consolidação da burocracia estudantil na UNE, alinhada às políticas governamentais e sem diálogo com a base, democracia e defesa socialista, deu-se a partir de 2003 com os governos do PT. A eleição de Lula foi, de fato, um marco para a história brasileira, pois foi constituída por um partido operário e capilarizado por todo o país desde os anos 1970. Significava a esperança de um governo dos trabalhadores, que fora traída desde a formação da grande coalizão com frações da burguesia nacional, sintetizadas no vice José Alencar, do Partido Liberal, que, enfim, levaram Lula à presidência nas eleições de 2002. Nas universidades e nas ruas, a UNE convocou a juventude a apoiar o candidato do PT, assim como as demais entidades da classe trabalhadora, o que resultou em 53 milhões de votos para Lula contra o ex-presidente da UNE (1963-1964), José Serra, do PSDB.

Os governos do PT, de Lula a Dilma Rousseff, além de sua continuação abertamente liberal

representada por Michel Temer, em 2016, representaram os “avanços” que esta direção da UNE desejava: migalhas das reivindicações estudantis, ínfimos aumentos do acesso e permanência nas universidades, programas de bolsas e outras quinquilharias para tentar acalmar os ânimos agitados dos estudantes ávidos por seus direitos, liberdade e democracia. A direção majoritária da UNE, composta pelo PT, PDT, Consulta Popular, Levante Popular da Juventude e encabeçada há décadas pela UJS - braço da juventude do PCdoB, cada vez mais burocratiza a entidade para sua permanência na direção, afasta a base estudantil aparecendo nas universidades apenas nas vésperas de congressos e aparelha a entidade aos governos, desde as políticas do MEC aos acordos para obter o monopólio da carteirinha estudantil, entre outras situações.

Assim, em nossos dias, a UNE é uma sombra do que foi no passado de luta, mesmo com suas oscilações, mas sempre empurrada pela base estudantil. Hoje ela não realiza nenhum combate concreto contra a Reforma do Ensino, contra a Lei da Mordaza, pela redução das mensalidades, pelo fim das taxas, pelo fim do vestibular e pelas aulas presenciais só com a vacinação para todos, com mais de 250 mil mortes no país pela Covid-19. Em suma, abandonou a luta pela educação pública, gratuita e para todos em favor de políticas de transferência de dinheiro público para os tubarões do ensino privado!

Seus Congressos são majoritariamente fraudados, não só pela direção majoritária, mas também engessados pela direção-geral, que impede os debates reais, favorecendo os governos e os tubarões do ensino privado. Em pleno governo Bolsonaro, sua “oposição” é fictícia, daquelas feitas para não mobilizar a juventude para pôr abaixo o governo Bolsonaro, é mais uma ferramenta para a defesa das instituições do Estado burguês. Infelizmente, esta é a realidade desta monumental entidade com capacidade de colocar todos os jovens em luta pela derrubada deste sistema e pelo socialismo. Contudo, a direção não é a entidade. A entidade é uma conquista do movimento estudantil brasileiro que não deve ser abandonada. Não devemos criar nem participar de outras entidades nacionais, mas lutar pela reconquista da UNE dos estudantes para os estudantes novamente! Nossa tarefa é reconstruir uma juventude socialista capaz de estar *sempre na vanguarda*, como diz o hino da UNE, para os reais interesses dos estudantes, tal como devemos fazer com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, entidade de outra fundamental história que precisamos conhecer.

## **A luta secundarista da UBES**

O primeiro Grêmio Estudantil do Brasil foi fundado em São Paulo, em 1902, com caráter recreativo. Assim como na formação da UNE, no ensino primário a organização política dos estudantes foi crescendo a partir de 1910 e teve sua estruturação a partir de 1930, sendo diversos os paralelos da formação das duas entidades estudantis. A Constituição brasileira de 1934 trouxe a obrigatoriedade do ensino primário ao país, gerando uma expansão da rede de ensino e, conseqüentemente, a organização secundarista que se tornara a maior do país. Contudo, no Estado Novo a atuação desses estudantes ainda estava ligada com os universitários, somando-se ao combate contra a ditadura de Vargas, contra o nazi-fascismo e pela educação pública.

A concreta fundação da união secundarista ocorreu no seio da campanha “O Petróleo É Nosso”, com o 1º Congresso Nacional dos Estudantes Secundaristas, na Casa dos Estudantes, no Rio de Janeiro, em 25 de julho de 1948. O encontro recebeu estudantes de praticamente todos os estados e elegeu a primeira diretoria. Naquele momento, a entidade se chamava União Nacional dos Estudantes Secundaristas - UNES, mudando para UBES no ano seguinte, 1949. Junto da luta pela estatização do petróleo, o primeiro grande enfrentamento da UBES foi contra o aumento das taxas escolares, a partir de 1950, provocando, inclusive, uma greve geral em São Paulo e no Rio de Janeiro. Assim como a UNE, a UBES foi crucial na Revolta dos Bondes de 1956, devido ao aumento das tarifas pelo governo Juscelino Kubitschek e defendendo o transporte público.

Como reflexo da luta de classes e da organização dos trabalhadores e universitários, o fortalecimento da UBES foi definitivo no pré-1964, com a criação de entidades representativas dos municípios e estados pelo país, aumentando a inserção da UBES. Desde a Campanha da Legalidade de 1961 até as Reformas de Base do governo João Goulart, tal como a UNE, a UBES teve papel fundamental na centralização das reivindicações dos jovens estudantes.

A repressão foi cruel contra a UBES a partir da noite de 30 de março e 1º de abril de 1964. A Lei Suplicy de Lacerda colocou a UBES e os Grêmios Estudantis na ilegalidade, com esses adolescentes de luta passando a ser perseguidos e mortos pelo regime militar. O mais icônico foi justamente Edson Luís, o secundarista assassinado em 1968 nas grandes manifestações daquele ano. Edson Luís e seus companheiros lutavam contra o preço do restaurante estudantil, e seu velório fez mais de 50 mil pessoas irem às ruas contra a ditadura militar. Os anos de chumbo foram de profunda conexão dos secundaristas com os universitários, principalmente nos encontros nacionais clandestinos.



Refundação da UBES, em 1981 (Fundação Perseu Abramo)

Como vimos, a reconstrução da UNE ocorreu no bojo da campanha da Lei da Anistia e seu congresso ocorreu em 1979. Já a retomada oficial da UBES ocorreu em 1981, na cidade de Curitiba, em um congresso com inúmeras dificuldades em infraestrutura e pela repressão ainda presente nos últimos anos de ditadura militar. Mas, sem dúvidas, os momentos áureos da atuação militante da UBES foram pelas Diretas Já e no Fora Collor. Em 1984, os secundaristas estavam na vanguarda pela redemocratização do país, apesar de também sair em campanha direta para Tancredo Neves, em 1985. No mesmo período, foi aprovado no Congresso Nacional a Lei do Grêmio Livre, que garantia a reabertura destas organizações estudantis pelo país, e na Assembleia Constituinte, a defesa levada pela UBES foi o voto facultativo para jovens de 16 e 17 anos nas eleições. Mas foi em 1992 que a UBES demonstrou toda sua capacidade de mobilizar os secundaristas por todo o Brasil. Com as caras pintadas, a UBES levou o Fora Collor às escolas e arrastou multidões de estudantes contra o governo corrupto.

As posições da UBES se assemelham às adotadas pela direção da UNE, especialmente referente aos governos a partir de Itamar Franco e FHC, que cortaram qualquer proximidade com as entidades. Neste sentido, as políticas compensatórias dos governos petistas também agradaram a burocracia formada na UBES. Entretanto, ao contrário disso, a UBES deveria se conectar com o movimento de milhões de jovens que estão dispostos a lutar por seu futuro no Brasil e em todo o mundo! Concretamente contra Bolsonaro e seus cortes nos serviços públicos, pelo passe livre para

todos, contra a violência policial ainda mais legitimada por esse governo. Mas para tanto precisa dar fim a sua adaptação ao Estado e capitulação aos capitalistas!

## **A Liberdade é nossa meta, a Luta é nosso método**

As histórias destas duas fundamentais entidades do movimento estudantil brasileiro são fontes inesgotáveis de ensinamento para nosso tempo, tanto em seus avanços e protagonismos, quanto em suas limitações e degenerações políticas impostas por direções que seguem, em última instância, a defesa do Estado burguês com seus enormes pactos de classes. Direções controladas pela política de PT e PCdoB que, apesar de serem oriundos de uma base operária, passaram, há tempos, para o lado capitalista da trincheira. Diante de todos esses elementos, a juventude precisa organizar-se sob bandeiras que realmente defendam nossos interesses e direitos, com uma política socialista e revolucionária.



Liberdade e Luta em manifestações pelo Fora Temer, em 2016.

A Liberdade e Luta, organização de jovens impulsionada pela Esquerda Marxista, seção brasileira da Corrente Marxista Internacional, apresenta a defesa integral da Educação Pública, Gratuita e para Todos! Não há outra política a ser adotada por organizações e direções do movimento estudantil, senão esta que garanta o acesso universal à educação, em todos os níveis de ensino e idades. Trata-se de uma reivindicação republicana, mas que na atual fase senil do capitalismo, torna-se uma defesa transitória para a derrubada desse sistema pobre que não oferece mais nada à juventude e toda a classe trabalhadora, a não ser a exploração, a repressão e a morte.

Porém, como visto, as direções de UNE e UBES são, atualmente, barreiras para os estudantes de todo o país se mobilizarem por suas reais reivindicações, que na presente conjuntura, se sintetizam no Fora Bolsonaro, por um governo dos trabalhadores, sem patrões nem generais. Ambas as entidades, que já foram protagonistas no *Fora Collor*, demoraram praticamente um ano para adotar a bandeira do *Fora Bolsonaro*, mas quando adotaram, passaram a retirar dessa palavra de ordem o conteúdo revolucionário que continha. O intuito nada mais é que esfriar os ânimos e enquadrá-la aos aparatos do Estado, para que a possível queda de Bolsonaro seja feita pela própria ordem liberal, onde não se abra uma situação revolucionária. Essas direções sabem que nesta conjuntura as massas trabalhadoras e a juventude irão varrer esse sistema e, consigo, essas burocracias.

Com isso, a política da Liberdade e Luta é realizar a discussão política na base estudantil, na contramão do feito pelas direções das entidades, que não medem esforços para impedir o debate

e a formação dos estudantes, até mesmo em seus Congressos, que se tornam apenas grandiosas festas financiadas pela burocracia e os partidos. Nossa tarefa é fazer um convite a todos os jovens para levar a política pelo acesso universal à educação de escola em escola, universidade em universidade, renovando o movimento estudantil, mobilizando as bases e reconstruindo essas entidades, dos Grêmios e Centros Acadêmicos a UNE e UBES. Trata-se, fundamentalmente, de organizar as lutas em defesa da educação por meio da aliança operário-estudantil, onde possamos aprender com os métodos da classe trabalhadora. A juventude precisa enxergar o mundo com as lentes do proletariado e para isso trabalhamos, sem divisionismos, adaptações ou esquerdismos infantis que outras organizações acabam tendo ao se desligarem completamente destas duas enormes entidades. Neste quesito, é preciso salientar que ao nos ensinar a importância da unidade, a democracia operária também demonstra a necessidade do combate à unicidade organizacional. Isso significa defender a livre associação dos estudantes, possibilitando a formação de mais de um grêmio estudantil, centro acadêmico, diretório central dos estudantes, etc., caso seja uma reivindicação dos estudantes. Evidentemente a nossa luta central é a unidade completa de estudantes e trabalhadores, contra a fragmentação dos movimentos, mas sem romper com a total liberdade da base.

A partir desta política, compreendemos que a superação do capitalismo se dá pela organização dos explorados e oprimidos, apresentamos a construção dos sindicatos de estudantes como a primordial tarefa para canalizar as reivindicações da juventude e lutar pelo socialismo. A formação destes sindicatos não deve ser para a eleição de dirigentes heroicos, mas para a que se realize as conversas com os estudantes, passe em salas de aula, convoque assembleias, produza e discuta materiais, organizando as discussões políticas para a juventude e sua completa independência financeira das direções, reitorias, governos e capitalistas. Sem fraudes em assembleias e eleições, como é constante nas instâncias das atuais direções de UNE e UBES. De maneira crucial, a democracia estudantil ocorre com as eleições das direções a partir de um programa político claro, sem tergiversações. Por isso a Liberdade e Luta não esconde suas posições e pautas, em todas as eleições estudantis em que disputa.

Não escondemos nossas posições e não baixamos nossas bandeiras pela total independência política e financeira que possuímos. Também defendemos isso para os sindicatos estudantis, pois impede a cooptação do movimento pelos burocratas, reformistas e contrarrevolucionários, como vemos nas direções da UNE e da UBES. Estes, por sua vez, são apenas plenos defensores das migalhas oferecidas pelo Estado e das instituições privadas de ensino para manterem seus cargos. Porém, os estudantes não precisam de autorização de nenhum poder além dos próprios estudantes, nisto consiste o combate a qualquer repressão e burocracia em nossas entidades.

A independência financeira é fulcral, pois tudo que é produzido e realizado por nossos sindicatos deve ser financiado pelos próprios estudantes, a partir das passagens em sala, coletas e campanhas de arrecadação. Dizemos não ao dinheiro de empresas, governos, instituições de ensino e os demais inimigos da classe trabalhadora. As contribuições dos estudantes devem ser espontâneas, por concordarem com a política da direção e estarem convictos em construir o seu sindicato. Por isso também combatemos a política de descontos compulsórios das mensalidades ou repasses das reitorias aos centros acadêmicos e DCEs bem como a política de carteirinhas estudantis, que, na prática, forma uma máfia liderada pela UNE e a UBES, vendendo os direitos dos estudantes.

Essas defesas são frutos de uma política socialista e revolucionária, não há outra possibilidade para o movimento estudantil conquistar nossos direitos. Por isso o engajamento dos sindicatos estudantis deve estar no combate ombro a ombro da classe trabalhadora, nas lutas nacionais e internacionais, na luta pelo socialismo. A Carta de Princípios do Congresso de refundação da UNE, de 1979, apontava diversas bandeiras levantadas por nossa política, mas foi rasgada pela burocracia das organizações que compõem a direção da entidade. Retomar a Carta de Princípios da UNE só se faz possível combatendo essas direções, igualmente construindo os sindicatos de

estudantes com a política apresentada, resgatando essas entidades para o controle democrático dos estudantes. A burocracia se combate com democracia e um sólido programa socialista, assim fazemos, com a Liberdade sendo nossa meta e a Luta nosso método!

# **A LUTA PELOS SINDICATOS DE ESTUDANTES: LIVRE, INDEPENDENTE, DEMOCRÁTICO E SOCIALISTA**

– *Mayara Colzani*

Marx mostra que a estrutura do estado capitalista é imprópria para o exercício do poder operário, e com a experiência da Comuna de Paris os operários encontraram a forma própria de exercer o seu poder. Lênin, no seu livro “O que fazer?”, afirma que a estrutura de organização do partido operário está indissolúvelmente ligada ao seu caráter reformista ou revolucionário. Ou seja, a estrutura organizativa também determina dialeticamente o que se pode fazer com essa estrutura. A adaptação do Movimento Estudantil (ME) aos seus aparatos tutelados pelo estado gera uma concepção de que o ME, seja qual for sua forma de organização, pode comportar qualquer linha política, tudo depende de quem ocupa a direção, qual é a posição dos marxistas em relação ao caráter do Movimento Estudantil?

## **O surgimento do Movimento Estudantil e o nascimento da União Nacional dos Estudantes (UNE)**



Fonte:UNE

O movimento estudantil tem seus primórdios em 1901, quando é criada a federação dos estudantes brasileiros, entidade pioneira que durou pouco tempo. Em 1910 é realizado o 1º Congresso Nacional dos Estudantes de São Paulo, onde o rápido aumento do número de escolas e universidades acompanhou também a rápida organização coletiva de jovens que estiveram envolvidos nas principais lutas do país.

Em 1937 é fundada a UNE, se reunindo anualmente e elegendo seu 1º presidente em 1939. A UNE surgiu como a direção que defendia a luta pelo socialismo como saída para os estudantes.

Participou da campanha pela estatização do petróleo no Brasil (“O Petróleo é Nosso”) nos anos 1950, que culminou com a criação da Petrobrás em 1954; enfrentou a Ditadura Militar instaurada a partir de 1964, e participou de embates que aliaram estudantes, operários e camponeses em 1968 contra o regime; a UNE participou do Fora Collor, em 1992, das lutas contra o “Provão” (atual ENADE). Em seu Congresso de Refundação em 1979 inscreveu na Carta de Princípios a luta pela educação pública, gratuita e para todos.

## **O abandono de uma linha revolucionária na educação e seus reflexos organizativos**

Atualmente, a UNE é uma sombra do que foi no passado. Não realizou nenhum combate real contra o corte assassino do orçamento de 2021 para educação e ciência, pela federalização das universidades pagas que recebem dinheiro público, pelo fim das taxas, pelo fim do vestibular e do ENEM, ou seja, abandonou a luta pela educação pública, gratuita e para todos. Ao abandonar o combate revolucionário pela educação pública, gratuita e para todos, a direção da UNE levou a entidade a adotar práticas burocráticas para manter-se como direção, fazendo da maior entidade de estudantes da América Latina uma sombra do que foi no passado e um instrumento de freio da luta dos estudantes pelo acesso a educação pública, gratuita e universal.

Esse quadro atual da UNE passa por uma adaptação política da sua direção, o que faz com que a entidade cumpra um papel de desmobilização e desorganização do Movimento Estudantil. A ausência da entidade na base durante os períodos em que não há congresso é a prova de que não existe o interesse em organizar os estudantes para combater a luta por uma educação pública, gratuita e para todos, como reivindicava na sua Carta de Princípios do Congresso de Reconstrução da UNE (1979). Nos atuais Congressos da UNE uma boa parte dos estudantes é levada sem que haja discussão política alguma na base, apesar do interesse em conhecer a UNE, compartilhar experiências com estudantes de outros cantos do país e de encontrar um ponto de apoio para tentar se mobilizar em seu local de estudo. O processo de eleição de delegados tem sido construído na base dos empurrões e pontapés, com roubo de urnas, listas falsas de eleições e todo tipo de fraudes para manter a atual direção majoritária (composta por PT, PDT, PCdoB, Consulta Popular, Levante Popular da Juventude) como maioria na direção, defendendo sua política de submissão ao Estado burguês e aos interesses do capitalismo na educação. Os delegados “eleitos” são enviados com promessas de festas, drogas e pegação, e a discussão política é inviabilizada a todo momento. Nas plenárias finais, se os delegados eleitos pela majoritária não votam na chapa para o qual foram levados, são deixados na estrada sem nenhum remorso. É isso que chamamos de mandatos imperativos, isto é, quando o delegado eleito não pode mudar seu posicionamento ao ouvir melhores argumentos e se permitir o convencimento por outra linha política. Aliás, o próprio debate é inviabilizado, uma vez que durante as falas de outras chapas, orienta-se que façam barulho máximo para impedir que possamos ouvir e pensar.

### **“Quem paga a banda, escolhe a música”**

Essa adaptação política, o abandono de uma linha revolucionária na educação, tem como consequência a adoção de métodos como os que descrevemos acima, mas também leva a adaptação financeira da entidade. Um dos grandes golpes sofrido pelos estudantes de todo o país foi o monopólio da carteirinha estudantil. Anteriormente, qualquer documentação que comprovasse a matrícula do estudante em uma instituição de ensino já bastava para ter acesso ao direito da meia-entrada. Além de que, qualquer entidade estudantil, filiada ou não à UNE, UBES e ANPG, poderia confeccionar sua própria carteirinha. Depois de uma briga judicial por parte da direção das entidades ficou deliberado que a confecção das carteirinhas estudantis é livre para qualquer entidade, mas é a UNE, UBES e ANPG que padroniza e disponibiliza o seu formato ocorrendo

numa monopolização velada. Além do monopólio da carteirinha estudantil, durante os governos de Lula e Dilma (PT) vimos o abandono das campanhas financeiras que mantinham o caráter de independência política da entidade, pelo contrário, era evidente a total adaptação e defesa dos governos de Lula/Dilma e o apoio aos ataques aos estudantes, como a regulamentação do ensino privado; a implementação de programas de transferência de dinheiro público para o setor privado como PROUNI e FIES e as migalhas dos 10% do PIB para a educação, que atrela o investimento à educação e ciência às variações do PIB, o que está totalmente incorreto, pois o que precisamos é de todo o dinheiro necessário para a educação e ciência pública. As cotas para os estudantes e as demais migalhas são formas de destruir a luta pela educação pública, gratuita para todos.

Essa adaptação financeira se expressou nos centros acadêmicos, diretórios acadêmicos e DCEs na locação de xerox e cantinas e no abandono total das filiações como método de arrecadação e envolvimento dos estudantes. A locação de xerox e cantinas nas universidades públicas significa a privatização do espaço público para oferecer serviços que a universidade deveria garantir para todos. Materiais para estudo e pesquisa deveriam ser fornecidos pela universidade para todos os estudantes. Ter que pagar para se alimentar e para ter acesso aos materiais para estudo é um ataque à permanência dos estudantes e é exatamente o silêncio das direções sobre estes assuntos que levou a prática de vender esses serviços utilizando-se de um espaço público. Com os recursos que são obtidos da locação, as entidades estudantis compõem seu orçamento colaborando com a privatização e abandonando a luta pela permanência dos estudantes.

No caso das universidades privadas, a locação desses mesmos espaços pelos centros acadêmicos leva a uma dependência total da reitoria e da mantenedora, uma vez que os espaços que são alugados pertencem diretamente a eles e não ao centro acadêmico. Uma vez que a reitoria queira atacar a entidade, ela pode simplesmente exigir a devolução do espaço, retirando a principal fonte de renda da maioria das entidades adaptadas.

Nas universidades privadas, outra forma de atrelar a entidade aos interesses das mantenedoras é a transferência compulsória de 1% das mensalidades diretamente para os centros acadêmicos, similar ao desconto compulsório que vai para os sindicatos no caso dos trabalhadores. Essa também é uma forma de adaptação financeira, uma vez que a simples ameaça de retirar o 1% de repasse compulsório deixa a entidade na mão da reitoria.

É por isso que afirmamos categoricamente que não recebemos dinheiro da universidade, do Estado ou de empresas, sejam elas do tamanho que forem. Todas as formas de captação de recursos da entidade dos estudantes devem se basear nas contribuições daqueles que apoiam a entidade, a partir de campanhas de filiação, onde a entidade busque os estudantes para filiá-los e arrecadar entre eles. Uma demonstração cabal dessa adaptação é que em toda eleição de entidade, as listas de estudantes são fornecidas pelas universidades, e no caso da UNE, pelo MEC. É um atrelamento total ao Estado, que demonstra a falta de contato das entidades com os estudantes. Uma campanha de filiação dos estudantes traria para as mãos da entidade o controle sobre os atuais matriculados, dando maior independência à entidade em relação à universidade ou ao Estado.

## Políticas identitárias e Movimento Estudantil



Enquanto jovens que defendem o marxismo, defendemos a filosofia materialista e dialética, é dela que se desdobra nossa visão de mundo, nossas lutas e nossos métodos organizativos. É a partir da filosofia do marxismo que compreendemos as leis da natureza e as aplicamos na compreensão do funcionamento social e da própria luta de classes, assentando nessa compreensão nossas bandeiras e nossos métodos para nosso objetivo central: a emancipação da classe operária da exploração e opressão da propriedade privada dos meios de produção, isto é dizer, a emancipação da humanidade da própria luta de classes. Contudo, as universidades e escolas são espaços de disseminação e elaboração da ideologia da classe dominante e devido as traições das direções dos trabalhadores, principalmente na Revolução Francesa de Maio de 1968, as universidades têm sido tomadas por teorias pós-estruturalistas, as chamadas “teorias pós-modernas”, que tem como ramificações as diversas teorias feministas e identitárias. Essas teorias abandonam a concepção da luta de classes e trazem um pessimismo diante da tarefa de transformação radical da sociedade, dizem “superar” o marxismo que, para eles, não passa de uma teoria ultrapassada. Na verdade, retornam ao período anterior à construção das organização operárias e estudantis, onde os trabalhadores e jovens estavam sozinhos em sua luta. Defendem as lutas individuais, pautadas nas diversas identidades e na alteração das “narrativas” ou do “discurso” como instrumento para resistência. Essas teorias, portanto, não se baseiam no que nos permite generalizar, unificar e apontar saídas coletivas, mas no individualismo, na subjetividade, nas experiências de cada um. As consequências disso para a luta sindical dos estudantes e trabalhadores se expressam na política da divisão. É assim que chegamos a uma situação em que no movimento estudantil situações como brancos serem proibidos de falar em assembleias organizadas por coletivos de negros; as chapas para eleições terem cotas para mulheres, LGBTs e negros e assim por diante. Ao invés de buscar o que nos une, buscam permanentemente o que nos separa e assim o Movimento Estudantil vem sendo fragmentado e atomizado. Ao invés de buscar lideranças com base no programa político, buscam-se lideranças a partir de sua sexualidade, cor, natalidade e gênero. A luta entre ideias é substituída pela desqualificação do adversário baseando-se nas características do indivíduo. A Liberdade e Luta faz uma defesa intransigente da classe trabalhadora e da juventude contra o capital. Por isso nos opomos às práticas identitárias no Movimento Estudantil e sindical e os Sindicatos de Estudantes que defendemos e nos empenhamos em construir elegem seus representantes baseando-se no debate aberto de ideias, no acordo político para formação de chapas. Combatemos todas as formas de opressão e exploração, ao mesmo tempo, lutamos contra a influência de todas as formas de divisão do Movimento Estudantil em critérios baseados em gênero, nacionalidade, sexualidade ou cor. Nossa luta é classe contra classe. Paz entre nós, guerra aos senhores!

## **A luta pelos sindicatos de estudantes: livre, independente, democrático e socialista**

A Liberdade e Luta aprovou em seu Acampamento Revolucionário em 2019 uma resolução dessas questões, resgatando a luta pela construção do Sindicato de Estudantes. Defendemos que as entidades do movimento estudantil sejam livres, independentes, democráticas e que defendam o socialismo. Explicamos:

As entidades estudantis que defendemos, os Sindicatos de Estudantes, são democráticas.

“Um sindicato dos estudantes não é para eleger uma direção de heróis que resolverá os problemas concretos dos estudantes. O trabalho dessa direção é conversar com todos os estudantes, passar nas salas, convocar assembleias, produzir e distribuir materiais (panfletos, jornais, notas) e organizar discussões que ajudem a desenvolver a consciência política do conjunto dos estudantes. Nas assembleias tudo deve ser decidido pela posição da maioria, como os métodos de luta que serão aplicados e o programa que será defendido. A ação em unidade virá se as discussões forem organizadas para que todos possam participar e se delas saírem encaminhamentos bem definidos. Ainda dentro do tema da democracia, é importante que as direções sejam eleitas com base num programa político claro. Por isso os militantes da Liberdade e Luta precisam dizer abertamente a política que defendem, as pautas pelas quais lutam.”

Defendemos a unidade, mas repudiamos a unicidade sindical.

“Precisamos ser contra a unicidade sindical e defender a livre associação dos estudantes. Isso quer dizer que não concordamos que possa existir somente um grêmio na escola, um DCE na universidade, uma entidade nacional dos estudantes. Todo estudante deve ter o direito de se associar a outros estudantes para organizar sua luta. Ao mesmo tempo, nossa luta é pela unidade da classe trabalhadora e da juventude. O que quer dizer que devemos nos esforçar para construir a maior unidade, evitando a fragmentação em pequenos grupos que não representam ninguém como é o caso da ANEL. Nossa orientação se expressa em nossa atuação na UNE, por exemplo. Apesar da direção burocratizada, intervimos nos seus congressos para dialogar com a base dos estudantes e retomar a direção da entidade para a defesa de sua Carta de Princípios.”

Defendemos entidades livres, sem atrelamento ao Estado, às universidades ou aos patrões.

### **Independente politicamente:**

Uma tendência muito comum é que as instituições (as direções de escola, reitorias e governos) tentem cooptar e subordinar o movimento estudantil. Os sindicatos dos estudantes precisam representar os interesses dos estudantes, com total independência das instituições, do Estado e dos governos. Grande parte das direções do movimento estudantil deixaram de defender uma política que envolvia os estudantes, principalmente aquelas ligadas ao PT e ao PCdoB. Fizeram isso porque acreditam que podem colher benefícios para os estudantes através da ação parlamentar. Mas conseguiram apenas migalhas, mesmo fazendo parte do governo de conciliação de classes de Lula e Dilma. A submissão ao Estado burguês apareceu no discurso da UNE na defesa do FIES e do Prouni, que desviaram dinheiro público para enriquecer as instituições privadas, e das cotas, que colocou estudante contra estudante e não ajudou no aumento do número de vagas nas universidades. As entidades estudantis não precisam de autorização de ninguém além dos próprios estudantes para existirem. Qualquer tentativa de repressão, burocratização ou de criar dificuldades para os estudantes se organizarem deve ser combatida por nós.

### **Independente financeiramente:**

O financiamento do sindicato estudantil precisa ser garantido pelos próprios estudantes. O

caminho é passar em salas pedindo contribuições, coletar contribuições periódicas, fazer campanhas de arrecadação. Não receber dinheiro de empresas, governos, instituições de ensino e demais inimigos de classe. Ao mesmo tempo, não podemos financiar as entidades com contribuições compulsórias dos estudantes. Só contribui para financiar o sindicato dos estudantes aquele que quiser se associar a ele. Combatemos a vinculação do direito à apresentação de carteirinhas, assim como a máfia liderada pela UNE e UBES, vendendo o direito à meia-entrada dos estudantes através da carteirinha.”

O Sindicato de Estudantes defende a educação pública, gratuita e para todos e compreende a necessidade de luta pelo socialismo e está ombro a ombro com os trabalhadores.

“O sindicato dos estudantes não deve discutir somente as pautas locais dos estudantes. É importante que os jovens discutam, aprovelem moções, mobilizem para atos e se engajem nas lutas nacionais e internacionais. O sindicato dos estudantes tem lado, o lado da classe operária, luta pelo socialismo. A Carta de Princípios do Congresso de refundação da UNE, que aconteceu em 1979, já trazia essas ideias:

**1. A UNE é a entidade máxima dos estudantes brasileiros na defesa dos seus direitos e interesses.**

**2. A UNE é uma entidade livre e independente, subordinada unicamente ao conjunto dos estudantes.**

**3. A UNE deve pugnar em defesa dos direitos e interesses dos estudantes, sem qualquer distinção de raça, cor, nacionalidade, convicção política, religiosa ou social.**

**4. A UNE deve manter relações de solidariedade com todos os estudantes e entidades estudantis do mundo.**

**5. A UNE deve incentivar e preservar a cultura nacional e popular.**

**6. A UNE deve lutar por um ensino voltado para o interesse da maioria da população brasileira, pelo ensino público e gratuito, estendido a todos.**

**7. A UNE deve lutar contra toda forma de opressão e exploração, prestando irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores de todo o mundo.”**



Esses são trechos diretos de nossa resolução e exprimem com precisão nossa política e nossos métodos no Movimento Estudantil. Esses métodos derivam de uma política revolucionária para a educação.

Em diversos momentos históricos vimos o protagonismo da juventude em sair às ruas para mudar o rumo do seu futuro, em 1968 o mundo virou de cabeça para baixo e deixou a instabilidade desse sistema ainda mais evidente. A organização dos estudantes com os trabalhadores mostrou que é possível derrubar governos e fazer a revolução. O Movimento Estudantil deve se conectar com o movimento de milhões de jovens que estão dispostos a lutar por seu futuro no Brasil e em todo o mundo, mas para isso precisa interromper seu curso de adaptação ao governo e capitulação aos capitalistas. Defendemos as bandeiras históricas de luta dos estudantes:

- **Fim dos vestibulares! Educação Pública, Gratuita e para todos em todos os níveis já!**
- **Nenhuma criança fora da escola, nenhum jovem fora da universidade, nenhum brasileiro analfabeto!**
- **Não queremos cotas! Queremos todos os jovens negros nas universidades públicas! Chega de exclusão!**
- **Pela redução imediata das mensalidades das universidades pagas! Federalização das universidades que recebem dinheiro público!**
- **Pela garantia de conclusão dos estudos de todos os estudantes inadimplentes! Pelo direito à educação!**
- **Contra a evasão, por Assistência Estudantil para garantir que todos os estudantes concluam seus estudos!**
- **Dinheiro público só para a educação pública! Que os bolsistas do PROUNI e beneficiários do FIES tenham o direito de concluir seus estudos em universidades públicas!**
- **Fim do pagamento da Dívida Pública, interna e externa! Todo dinheiro necessário para educação e ciência pública!**
- **Abaixo o capitalismo! Em defesa do socialismo e da emancipação da humanidade de toda opressão e exploração!**

**ANEXO 1 – Modelo de Estatuto para Sindicato de Estudantes.** Anexamos a essa brochura, um passo a passo para a construção de Centros Acadêmicos, um modelo de estatuto e de atas, baseado nos princípios de um verdadeiro Sindicato de Estudantes. Em todas as nossas intervenções nos Centros Acadêmicos existentes, nos esforçamos para reformular os atuais estatutos com o objetivo de unificar uma política revolucionária à um método organizativo revolucionário, com o objetivo de criar sindicatos livres, de base, democráticos e que lutem pelo socialismo e em defesa da educação pública, gratuita e para todos.

# A LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA E PARA TODOS NAS UNIVERSIDADES PRIVADAS

– Lucy Dias



Fonte: Memorial da Democracia

As diversas mobilizações contra os cortes na educação levaram milhares de jovens às ruas nos últimos anos. Esses cortes foram principalmente na educação pública, institutos e universidades federais, além da educação básica. Mesmo assim, milhares de estudantes de universidades privadas participaram dessas manifestações em defesa da educação pública.

O fato é que os estudantes de universidades privadas são a imensa maioria dos jovens que alcançaram o ensino superior. E, ao contrário do que costuma se apresentar, esse setor tem um papel fundamental na luta pela educação pública, gratuita e para todos. Sua luta histórica é uma bandeira que confronta diretamente os tubarões do ensino e as receitas de austeridade do imperialismo para a educação no Brasil, a federalização das universidades privadas, que a União Nacional dos Estudantes (UNE) abandonou sob a direção da chapa “Frente Brasil Popular”, encabeçada pelo PCdoB, PT, PDT, Consulta Popular e Levante Popular da Juventude.

Para entender as bases dessa traição e resgatar uma bandeira fundamental para a luta do movimento estudantil brasileiro, fundamentalmente, para os estudantes das universidades privadas, a Liberdade e Luta traz a público esse artigo com o sentido de fortalecer a luta dos estudantes na direção de sua verdadeira bandeira histórica: a luta pelo ensino público, gratuito e para todos.

## Qual a cara do ensino superior privado no Brasil hoje?

O setor privado de educação no Brasil representa 75,8% das 8.604.526 milhões de matrículas no ensino superior, ou seja: 6.524.108 milhões de estudantes estão vinculados ao ensino

superior privado<sup>8</sup>. O fato é que a rede pública de ensino superior ainda continua sendo para uma estrita minoria, o que empurra milhões e milhões de jovens a procurarem uma vaga nas universidades privadas. No Brasil, existem 2.306 instituições privadas de ensino superior, contra somente 302 públicas. E a cada estudante matriculado em cursos presenciais nas universidades públicas, há 2,5 matriculados nas privadas. Na rede privada, 50,7% das matrículas são de cursos de Educação à Distância, enquanto nas instituições públicas esse percentual já alcança 5,8% das matrículas. No Censo de 2016, o MEC projetava que somente em 2016 os cursos EaD superariam as matrículas dos cursos presenciais na rede privada, mas como vemos pelos dados do Censo de 2019, só foi preciso três anos para que isso se tornasse realidade. A pandemia de Covid-19 transformou ainda mais essa realidade, levando a que praticamente todos os cursos, na rede privada e pública, se tornassem remotos, isto é, continuidade da turma e do professor no mesmo horário que aconteceriam as aulas presenciais. Contudo, a sanha do capital por reduzir custos piorou o cenário, expandindo mesmo a Educação à Distância, com aulas gravadas, demissão de professores e funcionários, superlotação de salas, alterações na grade e manutenção das mensalidades dos cursos presenciais.

## Como chegamos até aqui?

Para responder a essa pergunta, nos baseamos nos dados apresentados na pesquisa do Professor Antonio Carlos Pereira Martins, *Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais*<sup>9</sup>, disponível nas fontes desse artigo.

A expansão do ensino superior privado sempre esteve conectada com a precarização e a expansão insuficiente das universidades públicas. A burguesia brasileira não tinha (e continua não tendo) entre seus interesses a expansão das universidades públicas, que começaram a existir de forma muito elitizada e lenta ainda durante o período imperial com a chegada da família real portuguesa ao Brasil.

*“Com a independência política em 1822 não houve mudança no formato do sistema de ensino, nem sua ampliação ou diversificação. A elite detentora do poder não vislumbrou vantagens na criação de universidades. Contam-se 24 projetos propostos para criação de universidades no período 1808-1882, nenhum dos quais aprovado. Depois de 1850 observou-se uma discreta expansão do número de instituições educacionais com consolidação de alguns centros científicos como o Museu Nacional, a Comissão Imperial Geológica e o Observatório Nacional. A ampliação do ensino superior, limitado às profissões liberais em poucas instituições públicas, era contida pela capacidade de investimentos do governo central e dependia de sua vontade política.”*

Foi a partir do final do século XIX que a iniciativa privada começou a criar suas próprias instituições com aval da Constituição da República de 1891. Essas instituições surgiram da iniciativa das elites confessionais católicas e foram as primeiras faculdades que não estavam sob o controle do governo central. Existiam somente 24 instituições de ensino superior com 10 mil estudantes. Depois que foi permitido à iniciativa privada a criação de estabelecimentos, o total era de 133 universidades, das quais 86 foram criadas somente na década de 1920.

Nessa época não existiam universidades no sentido que temos hoje, mas faculdades isoladas em diferentes cantos do país. Isso era alvo de crítica e debates no meio acadêmico que reivindicavam centros de saber – que, obviamente, deveriam servir aos interesses da burguesia. A USP,

---

8 Censo da Educação Superior 2019. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/Apresentacao\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf)

9 Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-86502002000900001](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001) >

por exemplo, surgiu da união da Escola Politécnica de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e Odontologia com a mais recente Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A UFRJ, criada pelo decreto n.º14.343 de 1920 pelo governo federal, foi a primeira universidade do Brasil no sentido moderno que conhecemos, mas mesmo ela foi criada a partir da união de três escolas criadas no século XIX após a chegada da família real: a Escola de Engenharia (criada a partir da Academia Real Militar em 1810), a Faculdade de Medicina (criada em 1832 nas dependências do Hospital Militar) e a Faculdade de Direito (criada em 1891, pelas já existentes Faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais e Faculdade Livre de Direito da Capital Federal)<sup>10</sup>

*“Foi com base nestes debates que o governo provisório de Getúlio Vargas promoveu (em 1931) ampla reforma educacional, que ficou conhecida como Reforma Francisco Campos (primeiro-Ministro da Educação do país), autorizando e regulamentando o funcionamento das universidades, inclusive a cobrança de anuidade, uma vez que o ensino público não era gratuito.”*

É interessante observar que nem mesmo o ensino público nesse período era gratuito. De 1945 a 1968, o movimento estudantil e dos professores defendia a educação pública e a abolição do ensino privado por absorção pública. É o que chamamos de federalização das universidades privadas. Esse movimento, no entanto, foi desmantelado com a ditadura militar, a partir de 1964. Com as grandes mobilizações em todo o mundo no ano de 1968, o movimento estudantil e professores reagiram e reorganizaram sua luta. Uma reforma universitária era exigida e o regime militar teve que ceder em alguns pontos. Essa reforma, que abordaremos em outros documentos, é vista por alguns setores como modernizadora do ensino superior, contudo, outro lado da moeda é que ela deu condições para a expansão do ensino superior privado. Isso se deu pela possibilidade de criação de estabelecimentos isolados em “caráter excepcional”.<sup>11</sup>

Já em 1933, o setor privado correspondia a 64,4% dos estabelecimentos de ensino superior contra 43,7% de instituições públicas. Até 1960 houve um balanceamento entre a quantidade de instituições públicas e privadas, pois houve a criação de universidades estaduais e um processo de federalização de universidades privadas, esse processo fez parte, por exemplo, da história do movimento estudantil da PUC-SP, contado do livro Memórias – a luta pelo ensino público e gratuito numa universidade particular de Maria Luisa Santos, que vamos retomar mais a frente.

O período de 1940 a 1970 foi de expansão da quantidade de universitários. Esse aumento da demanda levou a uma expansão do ensino superior que foi em muito absorvida pelo setor privado.

*“No período 1940-1960 a população do país passou de 41,2 milhões para 70 milhões (crescimento de 70%), enquanto as matrículas no ensino superior triplicaram. Em 1960, existiam 226.218 universitários (dos quais 93.202 eram do setor privado) e 28.728 excedentes (aprovados no vestibular para universidades públicas, mas não admitidos por falta de vagas)6. Já no ano 1969 os excedentes somavam 161.527. A pressão de demanda levou a uma expansão extraordinária no ensino superior no período 1960-1980, com o número de matrículas saltando de aproximadamente 200.000 para 1,4 milhão, ¾ partes do acréscimo atendidas pela iniciativa privada. Em finais da década de 1970 o setor privado já respondia por 62,3% das matrículas, e em 1994 por 69%4. A partir de*

10 Informações disponíveis em: [https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/historia/#:~:text=Em%207%20de%20setembro%20de,Rio%20de%20Janeiro%20\(URJ\)](https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/historia/#:~:text=Em%207%20de%20setembro%20de,Rio%20de%20Janeiro%20(URJ).). Acesso em 19/03/2021

11 Ver mais na pesquisa de Carlos Benedito Martins “A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil”. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302009000100002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000100002)

*1980 observou-se uma redução progressiva da demanda para o ensino superior em decorrência da retenção e evasão de alunos do 2º grau, inadequação das universidades às novas exigências do mercado e frustração das expectativas da clientela em potencial.”*

A partir de 1990, o ensino superior se mantém praticamente estável, oferecendo cerca de 1,5 milhão de vagas. A relação entre público e privado diminui um pouco, com o decréscimo relativo de vagas ofertadas pelo setor privado. Nos anos 90, a relação de matrículas no setor privado passou de 62%, durante o governo Collor, para 58% no final do governo Itamar.

## **FHC e a ampliação da privatização do ensino superior**

Com relação ao período FHC-Lula utilizamos a pesquisa de José-Marcelo Traina-Chacon e Adolfo-Ignacio Calderón *A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula*<sup>12</sup>.

A política geral adotada pelo governo FHC foi ditada por organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI. Essas políticas, baseadas no Consenso de Washington, tinham como pressupostos a abertura financeira e comercial do país ao capital estrangeiro, um processo de privatização das estatais, redução do papel do Estado na economia e ampliação da participação da iniciativa privada. Fazia parte do pacote ataques aos direitos dos trabalhadores e dos serviços públicos para controlar o “orçamento”. Com base nesses pressupostos, a educação superior foi mais uma vez entregue à iniciativa privada, enquanto as universidades públicas passaram por um processo de sucateamento e precarização. Foi proposto um projeto de autonomia para as universidades federais que propunha converter o status jurídico para organizações sociais, sociedades civis sem fins lucrativos ou fundações de direito privado. Era um passo para sua privatização, mas o projeto não passou devido à pressão do movimento estudantil e dos professores. O governo aprovou, no entanto, a Lei de Organizações Sociais, que se estendia às funções desenvolvidas por Instituições de Ensino Superior (IES) e um sistema de avaliação que era baseado no ranqueamento das IES, que ficou conhecido como o “Provão”, onde as instituições que não obtivessem boas notas seriam fechadas pelo Ministério da Educação.

Na LDB de 1996, o governo aprovou uma distinção do ensino superior, que culminou com a criação de centros universitários, das faculdades integradas, das faculdades e dos institutos superiores ou escolas superiores. Isso também favoreceu a expansão do ensino superior privado, porque era possível criar não mais universidades, mas faculdades específicas, ‘para atender a demanda do mercado’. A expansão do setor privado no ensino superior foi de 110,8% durante FHC contra somente 28,1% de expansão das IES federais e retração de instituições públicas de nível municipal e estadual. Houve avanço também na quantidade de matrículas no ensino superior privado, de 60% em 1995 para 70% em 2002.

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Federal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Privada</b>
<b>1995</b>	894	57	76	77	684
<b>2002</b>	1 637	73	65	57	1 442
<b>1995/2002</b> <b>%</b>	83.1	28.1	-14.5	-26.0	110.8

*Fonte: MEC/INEP/SEEC (Brasil, 2012).*

12 Disponível em: [https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2007287215000372#:~:text=-Conforme%20dados%20oficiais%2C%20do%20governo,federais%20\(Brasil%2C%202010\).&text=J%-C3%A1%20no%20governo%20Lula%20com,governo%20FHC%20\(tabela%204\).](https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2007287215000372#:~:text=-Conforme%20dados%20oficiais%2C%20do%20governo,federais%20(Brasil%2C%202010).&text=J%-C3%A1%20no%20governo%20Lula%20com,governo%20FHC%20(tabela%204).)

*“Em 1994, das 851 IES, 192 (22.5%) eram públicas e 659 (77.5%) eram privadas. Em 2002, das 1.637 IES, 195 (11,9%) eram públicas e 1.442 (88.1%) eram privadas. Nesse período de oito anos, as IES privadas passaram de 77.5% para 88.1%”*

Esses dados conferiram ao Brasil a posição do país com maior índice de privatização na América Latina e entre os cinco maiores no mundo. A era FHC, atendendo todas as receitas do FMI e Banco Mundial, ditadas pelo Consenso de Washington, teve como consequência uma expansão acelerada do ensino superior.

*“O setor público aprofundou a parceria público-privada na disseminação de cursos pagos de extensão e estreitando as relações entre fundações privadas e universidades públicas. Por fim, viu-se reafirmada a opção estabelecida no regime militar nos anos 60, pelo estímulo à iniciativa privada.”*

## **Lula: transferência de recursos públicos para instituições privadas**



Fonte: Jornal Saiba Mais

O fato de um operário ser elevado ao posto de presidente da república levou muitas pessoas a acreditarem que o governo do PT e de Lula seria um governo de esquerda, que fortaleceria o papel do Estado e, para os desavisados, implantaria o socialismo no país. Mas, na verdade, Lula já sinalizava ao ‘mercado’ que cumpriria a agenda que eles ditassem, firmando um compromisso com as políticas de ataque aos trabalhadores ditadas pelos mesmos organismos internacionais que governaram durante a era FHC. Na educação, isso se expressou, já em seu primeiro mandato, com a aprovação de leis que regulamentavam a participação do capital privado na educação.

*“(…) o Decreto nº 5.205/2004, que regulamentou as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado, viabilizando a captação de recursos privados para financiar as atividades acadêmicas; a Lei de Inovação Tecnológica (nº 10.973/2004) sobre parcerias entre empresas e Universidades Públicas; o Projeto de Lei nº 3.627/2004, que tratava do Sistema Especial de Reserva de Vagas; projetos e decretos sobre reformulação da educação profissional e tecnológica; o Programa Universidade para Todos (PROUNI) —Lei nº 11.096/2005—, que previa isenção fiscal para as instituições privadas de ensino superior em troca de vagas para alunos de baixa renda; e a política de educação superior a distância.”*

O decreto n.º 5.205/2004 foi revogado em 2010 e em seu lugar foi aprovado o decreto n.º

7.423/2010, que fundamentalmente mantém o objetivo de captação de recursos privados para financiar atividades acadêmicas. A Lei de Inovação Tecnológica, também expressa o mesmo objetivo em seu inciso V, de 2016: *promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas*. É importante destacar que isso se expressa no movimento estudantil, especialmente na direção da UNE, com o abandono completo da defesa da educação pública, gratuita e para todos em favor da linha de “regulamentação do ensino superior”, o que, na prática, significa aceitar o ensino privado, mas colocar “regras” para sua expansão.

A aprovação dessa lei levou a que a criação de universidades federais ou campus durante o governo Lula estivesse subordinada a regiões ou cidades onde interessa para o capital e, de fato, subordinou a pesquisa e a ciência nas universidades públicas ao interesse do capital. Permitiu com que empresas pudessem utilizar laboratórios e equipes das universidades públicas, promoveu a subvenção econômica – investimento com recursos públicos não reembolsáveis diretamente nas empresas -, permitiu que a pesquisa a ser realizada seja encomendada para a empresa privada ao invés de ser realizada na universidade pública, além de incentivos fiscais, na prática, reduzindo os impostos que essas empresas devem pagar ao estado para incentivá-las a pesquisar. Um pacote bem interessante para o capital privado. A lei que estabeleceu o PROUNI é clara com relação ao fortalecimento e incentivo do setor privado:

*Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.*

(...)

*Art. 8º A instituição que aderir ao Prouni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão: (Vide Lei nº 11.128, de 2005)*

*I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;*

*II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;*

*III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991 ; e*

*IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970.”*

O que ocorreu com a implementação do PROUNI foi a transferência direta de dinheiro público para financiar bolsas de estudantes de baixa renda em universidades privadas, na proporção de 1 bolsista para cada 9 matriculados pagantes. Além disso, a lei ainda permitiu que as instituições privadas que não gozam de autonomia pudessem aumentar a quantidade de vagas que ofertam.

Nesse tripé de leis, encontra-se a base jurídica para a expansão das universidades privadas sob o governo Lula. Do ponto de vista político, não houve nenhuma diferença com o governo de FHC para o fortalecimento do setor privado. Ao contrário do que pensavam e que alguns ainda pensam, Lula não implementou uma política de esquerda para a educação, mas continuou com a política aplicada no governo FHC, uma política liberal e reacionária.

Ao mesmo tempo, o governo implantou o projeto REUNI (Plano de Reestruturação das Universidades Federais). Esse projeto tinha como objetivo aumentar a expansão das universidades federais.

“O número de matrículas nas IES federais no início do primeiro mandato do governo de Lula era de 567.101, em 2003. No final de seu primeiro mandato em 2006, o número de matrículas em IES federais foi de 589.821. Houve um aumento de 4% no número de matrículas no primeiro mandato. Com a implantação do REUNI, o número de matrículas, no final do segundo mandato do governo Lula, em 2010, passou para 833.934, um aumento de 41.4%.”

No entanto, essa expansão foi uma farsa do ponto de vista de qualidade e das necessidades reais da juventude brasileira para deixar de pagar mensalidades e acessar massivamente o ensino superior público.

Com relação a implementação do PROUNI e a expansão do ensino superior privado, o autor fornece a seguinte tabela e explicação:

<b>Ano</b>	<b>Total de matrículas IES privadas</b>	<b>Total de alunos sem PROUNI</b>	<b>Total de alunos com PROUNI</b>
<b>2004</b>	2.985.405	2.985.405	0
<b>2010</b>	3.987.424	3.514.424	473.000

*Fonte: MEC/INEP/SEEC (Brasil, 2012).*

“Como pode-se observar na tabela 3, no ano de 2004, ano de criação do PROUNI o total de alunos matriculados em IES privadas era de 2.985.405 e nenhum aluno bolsista do PROUNI. No final do governo de Lula em 2010, o número de alunos em instituições privadas de ensino superior passou para 3.987.424, sendo 473.000 bolsistas do PROUNI. Ou seja, em 2010 houve um aumento de 1.002.019 matrículas no setor privado se comparado com o ano de 2004, dos quais 47% foi proporcionado pelo programa de bolsas do PROUNI.”

Essas matrículas no setor privado poderiam não ter nem mesmo acontecido se o governo ampliasse os investimentos nas universidades públicas, o que significa que a expansão do ensino superior privado somente aconteceu graças ao financiamento do governo federal. Com relação às matrículas, a diferença com relação ao período FHC é que houve mais matrículas durante o governo Lula nas IES públicas em relação às privadas, uma diferença de 47,1% nas IES públicas contra 45% nas privadas. Superficialmente, este parece um bom resultado, no entanto, ele esconde que o aumento de matrículas poderia ter sido muito maior se todo o dinheiro gasto no financiamento do setor privado fosse aplicado no público. Esconde também que mesmo esses investimentos seriam insuficientes para atender toda a demanda de jovens que querem fazer o ensino superior. Ao mesmo tempo, podemos verificar o enfraquecimento das IES municipais e estaduais, que não foram beneficiadas no governo Lula.

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Federal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Privada</b>
<b>2003</b>	3.887.022	567.101	442.706	126.563	2.750.652
<b>2010</b>	5.449.120	833.934	524.698	103.064	3.987.424
<b>2003/2010 (%)</b>	40.2	47.1	18.5	-18.6	45.0

*Fonte: MEC/INEP/SEEC (Brasil, 2012).*

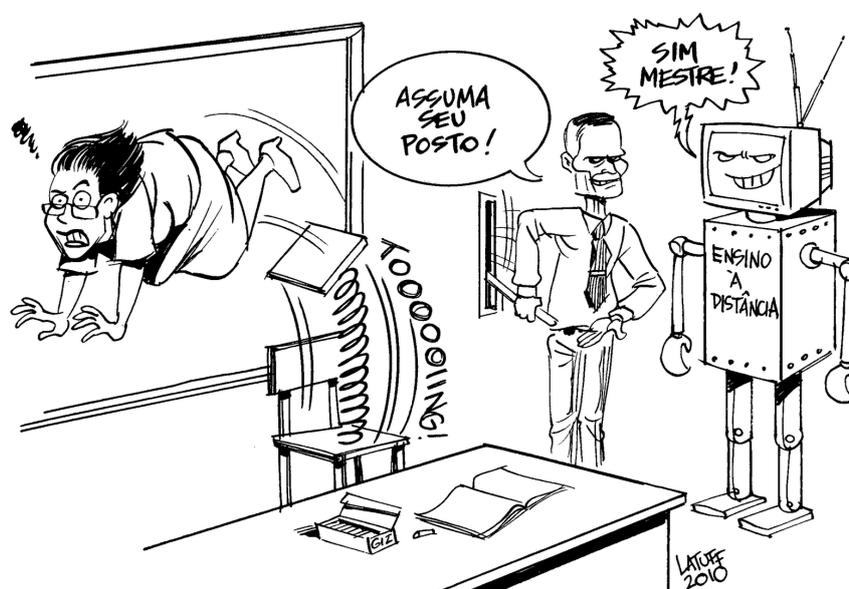
Ao final de seus mandatos, Lula entregou um ensino superior onde das 5.449.120 milhões de matrículas, 3.987.424 milhões estavam no ensino superior privado, isto é, 73,17% de todas as matrículas já estavam controladas pelo ensino superior privado.

Fazemos da conclusão dos autores, as nossas:

*“Os dados estatísticos apresentados permitem afirmar que, de forma paradoxal, o governo de Lula, distante de ser inibidor da expansão do setor privado, foi o grande patrocinador das IES privadas por meio do PROUNI. O governo Lula não conseguiu ampliar o número de matrículas do setor estatal em 40%, nem reduzir a presença do setor privado a 60%, bem como potencializou o financiamento do setor privado com recursos públicos. Diante dessa constatação, pode-se levantar a hipótese de que o financiamento público de matrículas no setor privado constitui-se numa estratégia governamental que aliviou o setor privado diante da taxa decrescente de crescimento no número de matrículas, bem como do elevado número de vagas ociosas existentes. Tanto o governo de Lula, como o de FHC, preservou o princípio adotado pelo regime militar na Reforma Universitária de 1968, isto é, o atendimento da demanda por educação superior por meio da expansão do setor privado.”*

No governo Dilma-Temer, houve uma continuidade dessas políticas e reformas, além de outros ataques, como a reforma do ensino médio e a EC 95 do Teto dos Gastos, reduzindo investimentos na educação e ampliando sua privatização. O Censo da educação de 2018 mostrou 3,4 milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior de graduação. Desse total, 83,1% em instituições privadas e que do total de matrículas (8.450.755), 75,4% estavam concentradas no ensino superior privado, isto é, 6.373.274.<sup>13</sup>

## Problemas no ensino superior privado



Fonte: Latuff

O que rege uma empresa privada é a redução de custos, a maximização de lucros e a oferta e demanda. De forma geral, é assim que qualquer capitalista pensa para fazer seu negócio o mais lucrativo que puder. O mesmo processo é aplicado na educação, que sob o sistema capitalista, se

<sup>13</sup> Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2019/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2018-notas\\_estatisticas.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf)

torna uma mercadoria e é submetida as mesmas leis de produção e distribuição de qualquer outra mercadoria.

A principal forma de reduzir custo é o corte na folha de pagamento. É por isso que o Ensino a Distância (EAD) é tão difundido das universidades privadas. Com a gravação das aulas deixa de ser necessária a contratação de professores para lecionarem a disciplina EAD. Além disso, o custo com a estrutura das salas de aula, dos prédios, das bibliotecas, dos laboratórios, etc. são praticamente inexistentes. Ademais, ocorre uma verdadeira redução da qualidade do ensino, visto que o profissional que grava as aulas pode não ter tido formação específica para a aula que foi contratado para gravar.

Um caso bem emblemático sobre esses assuntos aconteceu em 2018, quando 150 professores foram demitidos da Laureate Brasil (mantenedora da FMU, FIAM-FAAM e Anhembi Morumbi) por terem denunciado irregularidades nos cursos EAD. Os professores demitidos afirmaram que a Laureate estava forjando documentos para reconhecimento dos cursos pelo MEC e levando professores à atuação fora das áreas de seu conhecimento. Você pode ter mais informações sobre o relatório de 170 páginas desses professores nos links em nossas fontes.

As demissões trazem um efeito em cascata para a qualidade do ensino. Ao reduzir professores, concentra-se uma quantidade crescente de alunos, levando a superlotação das salas, portanto, também contribuem para reduzir custos de estrutura e sua precarização.

Em 2019, no final do primeiro semestre, a Laureate Brasil demitiu mais 200 professores, essas demissões também têm outro sentido. Tirar da folha de pagamento os professores com salários mais altos, devido à experiência e formação, e contratar os que tem menos experiência e formação com salários mais baixos. Assim, os alunos das empresas privadas sofrem de uma falta de qualidade crônica no ensino superior.

Como se não bastasse, as universidades privadas não somente lucram com a redução dos custos, mas com o aumento exponencial das mensalidades que acontece, muitas vezes, semestralmente. Na Laureate, o reajuste semestral é de 6%, portanto a cada ano um aumento de 12%, se a taxa de reajuste permanece a mesma. Isso significa ao final do curso o estudante terminará pagando a mais cerca de 60% da sua mensalidade inicial.

Os juros dos financiamentos representam outra forma extravagante de ataque aos estudantes das universidades privadas. Muitos estudantes não conseguem pagar a mensalidade, por isso ou entram no FIES, financiamento estudantil público, ou então os financiamentos oferecidos pelas instituições privadas. Além de pagar as mensalidades, terão de pagar os juros e não é só isso, pois o modelo de financiamento inflacionou as mensalidades em 20%, o risco da inadimplência é embutido no valor das mensalidades pagas. Em 2017, cerca de 50% dos estudantes das universidades privadas contavam com alguma forma de financiamento, a previsão a partir do corte orçamentário do governo federal desde Dilma até Bolsonaro e com uma nova recessão a vista é que esse percentual seja reduzido para 20% até 2021.

Os descontos, oferecidos como uma forma de atrair novas matrículas, são muitas vezes cortados durante o curso, prejudicando a permanência dos estudantes. A perda das bolsas ou descontos também tem como reduzir custos para a empresa e o resultado de todo esse processo é o aumento gigantesco dos lucros.

## **O seu lucro é o nosso prejuízo**

Na demissão dos professores da Laureate em 2019, alguns estudantes organizaram uma manifestação que, apesar de não ter sido bem-sucedida devido ao período das provas finais e da baixa mobilização nesse contexto, trouxe uma palavra de ordem muito correta sobre a situação. Eles diziam: “O seu lucro é o nosso prejuízo”, o que é a mais pura verdade. Os lucros auferidos pe-

las universidades privadas nunca foram tão grandes. Segundo estudo da Hoper de 2013, o faturamento das universidades privadas cresce 30% em dois anos, com cerca de 5 milhões de estudantes matriculados naquele período.

*“Termos do mercado financeiro como faturamento, IPO, obtida, ganho de escala, fundo de private equity e poder de barganha dominam os diálogos de quem cuida da gestão de métodos de ensino, propostas pedagógicas e corpo docente destes conglomerados. Segundo estudo da Hoper, o setor tem 2.081 instituições de ensino pertencentes a pouco mais de 1.400 empresas (mantenedoras), que dividem um bolo de quase 5,1 milhões de alunos (contando com o ensino a distância), sendo que atualmente as 13 principais empresas concentram 38% dos alunos no ensino superior privado. Essas mesmas 13 empresas detêm um terço do faturamento do mercado de educação superior.”*

Os dados acima são de 2013 e de lá para esse processo de monopolização do ensino superior privado, com certeza, avançou. Em 2016, a Kroton comprou a Estácio de Sá, que era uma instituição com 70 campus, mais de 220 mil estudantes, sendo mais de 129 mil de cursos presenciais e mais de 77 mil de cursos EAD. Hoje a Kroton tem 1,185 milhões de estudantes, sendo mais 819 mil na modalidade EAD, 290 mil estudantes na educação básica em 127 campi e 11 marcas de sua propriedade espalhadas pelo Brasil. Antes dessa compra em 2016, a Kroton havia se fusionado com a Anhanguera Educacional e já naquela época havia se tornado na maior empresa de ensino superior do mundo. O lucro da empresa alcança a marca de R\$2,240 bilhões (dados de 2017).

No caso da Laureate, outro tubarão do ensino privado, uma multinacional norte-americana, presente em cerca de 20 países, concentra 470 mil estudantes e é dona de 12 marcas de instituições de ensino no Brasil. De 2017 para 2018, houve um aumento no lucro dessas 12 marcas de 14%, quando o lucro da empresa passou para R\$1,7 bilhão. No Brasil, a empresa tem 275 mil estudantes, sendo que 90% deles estão em cursos ditos presenciais, mas, na verdade, são cursos que contêm pelo menos uma disciplina on-line.

Esses são os tubarões do ensino privado. Dissemos antes que o ensino privado representa 76% das 8 milhões de matrículas do ensino superior. Pois bem, desses 76%, cerca de 35% é controlado somente por essas duas empresas. Para os estudantes, isso significa um enorme controle sobre as condições de estudo, pesquisa, trabalho, estrutura e preço que os estudantes e trabalhadores lidam cotidianamente.

O avanço do monopólio do ensino superior significa que poucas empresas terão poder suficiente para definir os preços, portanto, aumentarão seus lucros. Esse é todo o processo que tem acontecido nos últimos anos. Para que essas empresas lucrem tanto, elas aumentam as mensalidades, retiram descontos, fornecem estruturas precárias, professores cada vez menos qualificados, aulas a distância, endividamento, falta financiamento para pesquisa, precarização e extinção de cursos menos rentáveis... Enfim, como os estudantes já disseram, o seu lucro é o nosso prejuízo.

Lênin explicou em Imperialismo – fase superior do capitalismo, que os traços fundamentais da época que vivemos são:

*“1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalis-*

*tas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.”*

Esses traços se expressam de forma plena na educação, onde vemos a formação desses gigantescos monopólios, esses monopólios são governados por capitalistas financeiros que nada tem a ver com a educação, mas que querem somente aumentar seus lucros, a exportação de capitais com o financiamento estrangeiro dessas empresas educacionais aqui no Brasil.

O que está por trás dos monopólios é a propriedade privada dos meios de produção. O fato de existir a propriedade privada leva a que a educação superior que a maioria dos estudantes brasileiros tenham acesso seja a educação privada, seja a educação de responsabilidade individual e não coletiva. Se entendemos que o lucro desses grandes capitalistas é o nosso prejuízo, então nossa resposta deve ser a propriedade comum dos meios de produção e isso se aplica perfeitamente nas universidades privadas através do que já mencionamos antes, a luta pela federalização das universidades privadas. Mas, para chegar lá, precisamos entender qual o papel das mantenedoras na manutenção da propriedade privada na educação superior.

## **Por que dizemos Fora Mantenedoras?**

Vimos que é o Estado burguês que direta ou indiretamente financia a expansão do ensino privado. Isso está juridicamente aprovado, em primeiro lugar, pela própria Constituição Federal, que garante à iniciativa privada a livre entrada na educação.

*“O art. 209 da Constituição de 88 dispõe que ‘o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional; II – autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público’.”*

A partir disso, o Estado regulamenta a participação da iniciativa privada através de suas entidades mantenedoras, que podem ser públicas ou privadas. As privadas se subdividem em particulares em sentido estrito – as que tem finalidade lucrativa – comunitárias, confessionais e filantrópicas, sendo que as três últimas não podem ter finalidade lucrativa.

*“Os arts. 19 e 20 da LDB vigente tratam das entidades mantenedoras de educação, em todos os níveis, nos seguintes termos:*

*Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:*

*I – públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;*

*II – privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.*

*Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:*

*I – particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo; II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; (Redação dada pela Lei nº 12.020, de 27/8/2009)*

*III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas*

*físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;*

*IV – filantrópicas, na forma da lei.”*

As instituições mantidas por entidades filantrópicas recebem isenção de impostos, uma vez que concedam bolsas de estudos, na proporção de pelo menos uma bolsa para cada cinco alunos pagantes matriculados, segundo a Lei 12.101. Os impostos deduzidos são justamente os destinados à Seguridade Social. A PUC e Mackenzie são exemplos de universidades filantrópicas, além de confessionais.

Instituições religiosas, como mantenedoras confessionais, também não pagam impostos sobre suas rendas e serviços, e segundo o artigo 145 da Constituição, estão imunes de pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto de Renda (IR), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). Mas é bastante comum em entidades confessionais, incluindo aí as universidades, encontrarmos seus donos ou líderes muito, muito ricos. Isso vale para igrejas e para universidades, o que é estranho se elas não podem ter finalidade lucrativa...

Seguem alguns exemplos práticos de mantenedoras: no caso da PUC-SP é a Fundação São Paulo (FUNDASP, controlada por padres da Igreja Católica), no caso da FMU é a Laureate, no caso da Anhanguera é a Kroton, do caso do Mackenzie é o Instituto Presbiteriano Mackenzie, no caso da São Judas é a Anima Educação, no caso do Centro Universitário Belas Artes é a Febasp Associação Civil, a mantenedora da Univille é a Fundação Educacional da Região de Joinville – Furj, a Associação Universitária e Cultural da Bahia – AUCBA é a mantenedora da Universidade Católica da Bahia. E assim por diante.

O fato é, todas as universidades, sejam públicas ou privadas, têm mantenedoras. A mantenedora representa a posse da instituição de ensino. Se sua mantenedora é o poder público, a universidade é pública, se sua mantenedora é privada, a universidade é privada. Mesmo que a finalidade de uma instituição mantida por entidade privada não seja o lucro, a instituição ainda está sob a gerência da mantenedora.

Uma pesquisa publicada na Revista Científica da Faculdade de Extrema (FAEX) em MG esclarece as responsabilidades da mantenedora:

*“(...) cabe ainda à Mantenedora os controles financeiros das receita e despesa diversas, controle de contas, captação e ampliação de recursos, além da natureza administrativa que envolve a contratação de professores, de pessoal técnico-administrativo, de advogados, de contadores, de auditores, de seguranças e de outros que prestem serviços diretamente à mantida e à mantenedora, da parte jurídica referente a representação judicial e extrajudicial da mantida e da mantenedora, pela parte contábil que envolve a escrituração de todas as operações, da pedagógica relacionada a criação e extinção de cursos e pela estrutura física da instituição como a construção e manutenção de instalações físicas, compra e manutenção de equipamentos didático-pedagógicos, instalação e manutenção de laboratórios diversos dentre outros.”*

As mantenedoras encarnam a propriedade da universidade, uma universidade pública tem como sua mantenedora o Poder Público, uma universidade privada tem como sua mantenedora pessoas físicas ou jurídicas com finalidade lucrativa ou não. A Laureate e a Kroton, por exemplo, são mantenedoras com finalidade lucrativa. A Fundação São Paulo (FUNDASP) não se apresenta na lei com uma finalidade lucrativa, no entanto, isso não faz de suas mantidas, como é a PUC-SP,

uma universidade menos privada do que a FMU, UNIP ou UNINOVE, por exemplo. Na verdade, enquanto as mantenedoras como Laureate e Kroton apostam na quantidade de estudantes, a estratégia da FUNDESP é a elitização cada vez mais acentuada, através da redução da quantidade de estudantes e em mensalidades cada vez mais caras.

Mas na PUC-SP não seria suficiente retirar a FUNDESP do controle dos padres, se a mantenedora continuar sendo privada. Assim como para nós não seria suficiente que a FMU trocasse de mantenedora, da Laureate para a Kroton, por exemplo. O problema não é a existência da mantenedora, mas o caráter de sua propriedade. Para nós a palavra de ordem por Fora Mantenedora, por exemplo, Fora FUNDESP ou Fora Laureate, tem o sentido de expropriar as instituições de ensino superior que recebem dinheiro público.

A conclusão imediata dessa palavra de ordem é a federalização das universidades privadas, principalmente aquelas que recebem dinheiro público via PROUNI, FIES ou BNDES para a construção ou reforma de suas estruturas, é arrancar a propriedade dessas universidades das mãos dos tubarões do ensino e da Igreja, uma vez que se sustentaram com dinheiro público. Qualquer outra conclusão que se tire dessa palavra de ordem é a tentativa de corromper seu sentido revolucionário e transitório, além de uma traição à luta por educação pública, gratuita e para todos.

## A luta pelo ensino público e gratuito numa universidade particular

Mesmo dentro da esquerda, alguns afirmam que a federalização das universidades privadas é “um programa máximo” ou que é utópico, que não vai acontecer. Estes não conhecem a história ou a ignoram, não confiam no potencial revolucionário da juventude e da classe trabalhadora e rebaixam-se ao nível de um programa reacionário, servindo de apoio para a burguesia. Vamos lembrar aqui um exemplo da luta pela educação pública, gratuita nas universidades privadas, o caso da PUCSP.

## Quando a PUC-SP quase foi federalizada



Fonte: PUC-SP

A luta pelo ensino público e gratuito na PUC-SP se deu entre 1968 e 1990. Foram 22 anos de luta pela federalização da universidade, que se dividiu em três fases, segundo Maria Luisa Santos Ribeiro, autora do livro *Memórias – a luta pelo ensino público e gratuito numa universidade*

*particular – a PUC-SP.*

A autora explica que a primeira fase, de 1968 a 1982, teve como pano de fundo o Ato Institucional n.º 5 na Ditadura Militar, o “Milagre Econômico” (1968-1982) e a crise do mesmo a partir de 1974. Com a crise, acirram-se os cortes em áreas sociais, a educação pública tem uma drástica redução de investimentos. Também a educação particular que contava com subsídios públicos sofre uma drástica redução em seus orçamentos. A PUC-SP era uma das universidades privadas que contava com subsídios públicos para a sua manutenção, chegando a ter 80% do seu orçamento baseado em verbas públicas. Nesse período, o eixo da luta por ensino público e gratuito numa universidade particular estava centrado na luta contra a ditadura militar.

*“Como já dissemos na Introdução, o eixo dessa luta é construído no processo da luta que se trava contra a ditadura militar, contra o caráter antieducacional (mercantilista) e anticultural (obscurantista) da política que marca a segunda metade dos anos 60 e, particularmente, seu final e os anos 70. Isso foi sendo feito por meio da denúncia, tanto da tentativa do governo federal de desobrigar-se da responsabilidade para com a educação escolarizada como da tentativa de eliminar o exercício da crítica na atividade de ensino e pesquisa. Era a reitoria, na qualidade de representante da Mantenedora que, diante das dificuldades de ordem financeira que iam sendo agravadas, colocava como causa de tais dificuldades a drástica redução na participação do MEC no orçamento da PUCSP. (...) Para os professores que lutavam pelo ensino público e gratuito numa escola como a PUCSP, colocava-se, nessas circunstâncias, o problema de encontrar a maneira de fazer com que o argumento da reitoria e da Mantenedora – de que a causa da falta de recursos estava na redução drástica da participação do MEC no orçamento da PUCSP – não fosse posto e usado nos limites dos interesses da Igreja. Em tais limites, como sabemos, os recursos públicos são reivindicados como mecanismo de viabilização financeira das escolas, efetivamente dirigidas pela Igreja e, apenas em palavras, mantidas por elas.” (Ribeiro, 2001. p. 52-53).*

É durante essa fase da luta que a PUCSP foi invadida brutalmente pelas forças repressoras do Coronel Erasmo Dias (1977), depois da então reitora, Nadir Kfoury, se recusar a tomar medidas policiais contra os estudantes, que naquela altura estavam se reorganizavam na clandestinidade. No mesmo dia e mês, 10 anos depois, o TUCA (Teatro Universidade Católica) foi destruído pelo fogo, sem que explicações satisfatórias sobre as causas tenham sido dadas até hoje. Ribeiro também apresenta uma oposição aos católicos progressistas de então, aqueles ligados à Teologia da Libertação, que se apresentavam cada vez mais como católicos e menos como progressistas no que tange a luta pela educação pública e gratuita. Uma vez que eles apresentavam uma perspectiva de controle e direção da universidade sem investir na mesma, requisitando verbas públicas para a universidade privada. Diante disso, Ribeiro, que era membro da APROPUC (Associação de Professores da PUC), escreve:

*“Analisando os documentos existentes, distribuídos e discutidos no transcurso desse movimento, é possível para aqueles que não participaram, ou que, tendo participado, não o guardam de todo na memória, comprovar que, desde o início das tentativas de ser enfrentado o agravamento da situação financeira da PUC-SP, foi colocado que essa situação era em verdade a manifestação de um problema de duas ordens. Primeiro, o desinteresse por parte de grupos em condições econômicas de investir em atividade de ensino e pesquisa que não proporcionam lucros imediatos; segundo, a desobrigação do Estado brasileiro com a educação.” (Ribeiro, 2001. p.61).*

Essas observações eram direcionadas as grandes empresas, como também para a Igreja Católica, por isso a aliança com os “católicos progressistas” encontra limites sérios para o desenvolvimento da luta pela educação pública e gratuita.

A segunda fase (1982-1987) tem como contexto a retomada das liberdades democráticas. É também o momento em que a Igreja Católica torna público, através de seu Grão-Chanceler D. Evaristo Arns, o seu interesse em manter a PUC-SP uma universidade privada e católica, no entanto, buscando retomar os subsídios públicos. Nesse período, explica Maria Luisa, a luta por ensino público e gratuito na universidade particular tem como eixo a luta por verbas públicas para universidades públicas.

O que dava origem a perspectiva de subsídios públicos para escolas privadas era o fato de que um professor da PUC-SP se tornara governador do estado de São Paulo, André Franco Montoro (1983-1986), bem como da aprovação de uma lei chamada “Emenda Calmon” (Emenda Constitucional n.24 – de 1º de dezembro de 1983). A emenda destinava parte da arrecadação de impostos em percentual para o investimento em educação. Sobre isso, a autora escreve:

*“A definição de um percentual de recursos públicos a ser gasto em educação, nessa emenda, levou a Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC) a intensificar sua campanha com vistas a obter subsídios ainda maiores para as escolas católicas e, para isso, mais uma vez saiu como ‘testa de ferro’ das mantenedoras de escolas particulares em geral. Assim, no dia 11 de abril de 1985 um documento é entregue pela ABESC ao ministro da Educação, acompanhado de um anexo com uma proposta para um ‘Projeto de Lei’, instituindo um ‘Sistema Associado de Ensino Superior’. Tais escolas teriam o direito a que 30% de seu orçamento fosse coberto com recursos públicos. É preciso explicitar que, ao mesmo tempo que reivindicavam tal repasse, reivindicavam também a preservação do ‘direito das respectivas Mantenedoras de estabelecerem livremente os critérios e os procedimentos relativos à escolha e designação de seus dirigentes (idem, item 5, letra D, p. 17). Desse modo, insistiam na preservação do poder de direção das Instituições de Ensino. Numa atitude de grande esperteza, como Mantenedoras, abriam mão da responsabilidade de conseguirem recursos particulares para o funcionamento das instituições particulares (vale dizer que abriam mão da responsabilidade de mantê-las totalmente), mas não abriam mão do comando sobre tais instituições.” (Ribeiro, 2001. p. 65-66)*

É interessante observar o papel das Mantenedoras nesse ponto e relacionar com o que dizemos no item anterior. Nesse caso, fica evidente a manobra por parte delas: conseguir financiamento público, sem perder a propriedade das Instituições de Ensino. Além desse projeto, que foi aprovado no II Encontro de Professores de maio/1983, outra forma de obter recursos públicos foi a venda de projetos de pesquisa e serviços às Secretarias de Estado. Segundo a autora, isso se configurava como novo mecanismo de subsídio, porque *nos preços ou custos dos projetos, estava embutido um percentual que tinha o fim de auxiliar na suavização do déficit financeiro da instituição.*

Desde esse período, reconhece-se a importância do debate sobre o caráter das mantenedoras. A esse respeito, ela escreve:

*“Naquele mesmo mês foi publicado um texto (APROPUC Debate, n.15, out./85, p. 6) escrito por mim, ao final da campanha salarial do segundo semestre de 1985, com o objetivo de tornar pública a ideia de que a situação de indeterminação, ou de opacidade em torno do que vinha a ser a Fundação São Paulo, era produto de uma eficiente estratégia dessa mesma Fundação (Mantenedora da PUC-SP) para não assumir suas responsabilidades de custeio, ao mesmo tempo em que não abria mão do ‘direito’ esta-*

*tutário auto atribuído de mando sobre a universidade. Essa insistência que vinha pelo menos desde 1982, a respeito da necessidade de que nós tivéssemos clareza sobre a verdadeira ‘cara’ e poder da Fundação São Paulo e da necessidade de, em consequência, colocar para a discussão o Estatuto da Fundação, decorria da convicção de que isso era indispensável, numa luta pelo ensino público e gratuito, dentro de uma escola particular como a PUC-SP. Ainda mais que, no entusiasmo da participação no processo constituinte, em que foi aprovado o novo Estatuto para a universidade, foi por nós alimentada a ilusão de que a universidade tinha autonomia, tinha poder de auto direção.” (Ribeiro, 2001. p. 73-74).*

Uma das conclusões mais importantes desse período, a partir das campanhas salariais, é a de que a mantenedora é o patrão, ela é que é a empregadora, conforme apresentamos no item anterior, pois é ela que determina a relação de propriedade que a Instituição de Ensino está submetida, se pública ou privada. E, portanto, quem é essa mantenedora e a que interesses ela representa se fazia ponto central para a luta por ensino público e gratuito na PUCSP. A resposta para essa pergunta ainda não era clara para o movimento:

*“A dificuldade é de tal ordem, pois são tantas as desconversas, são tantas as conversas interrompidas, que chego a supor que essa situação de indeterminação seja produto de uma eficiente estratégia da Mantenedora com o objetivo de, não abrindo mão da direção, isto é, do controle sobre o processo educacional que se desenvolve na PUC-SP, transferir para o aluno e para o Estado toda a responsabilidade sobre os encargos relativos aos custos desse processo, responsabilidade essa que, em parte também seria diretamente sua, enquanto Mantenedora.” (Ribeiro, 2001. p. 75)*

A resposta é apresentada ainda no mesmo artigo, discutindo o papel da reitoria ser muito limitado, tendo a Mantenedora o controle do processo educacional. Portanto, a conclusão que ela tira é que é a Igreja Católica o patrão, representada pela Mantenedora. Essa mantenedora, no entanto, se desresponsabilizava de captar recursos particulares para a universidade particular e via no Estado um importante agente de seu financiamento. Ela escreve:

*“Tanto é assim que, antes de 1964, o Estado (governo federal) chegou a se responsabilizar por mais de 75% do orçamento da PUCSP e agora, em 1985, após a aprovação da Emenda Calmon, a Associação Brasileira das Escolas Católicas (ABESC) apresenta uma proposta ao governo federal no sentido de que ele participe em até 30% do orçamento de toda a escola particular que venha a ser considerada como ‘comunitária’.” (Ribeiro, 2001. p.77)*

Partindo para as conclusões práticas, diante de um quadro bastante complicado da crise financeira da PUC-SP, é lançado um documento pela Diretoria da APROPUC – na época sob a presidência da professora Zilda M. Gricoli Iokoi e sob a vice-presidência do professor Erson Martins Oliveira – intitulado “A APROPUC frente à crise financeira da PUC e à posição da Reitoria”. No documento afirmavam:

*“[...] temos que levantar uma alternativa de luta contra a crise financeira que tome o problema pela raiz e que esteja em oposição à linha de descarregá-la, mais agudamente ainda, sobre os professores, alunos e funcionários. Essa alternativa só pode ser a do ensino público e gratuito, traduzida na defesa da federalização da PUC.” (Ribeiro, 2001. p.79)*

O contexto era de aumento da pressão da Igreja Católica sobre o Estado, de tentativas de aumentar as receitas a partir da elevação das mensalidades. É nesse contexto que se propõe um Congresso Universitário, precedido de ampla mobilização entre os professores, alunos e funcionários que elegeriam seus delegados para definir uma saída para a crise financeira da instituição que se confrontaria entre duas posições antagônicas: a mercantilização do ensino ou o ensino público e gratuito.

*“Em 21 de abril de 1987 é deflagrada uma greve que mobilizou toda a comunidade durante 30 dias: foi iniciada pelos funcionários, mas gradativamente envolveu os professores e alunos; os primeiros reivindicavam o pagamento de atrasados e o reajuste dos salários e os estudantes lutavam contra o reajuste das mensalidades. Pela primeira vez os funcionários ocuparam a Reitoria por 3 dias.”<sup>14</sup>*

No Congresso Universitário somente uma tese é apresentada, a tese do “Ensino Público e Gratuito para a PUC-SP: a federalização”. Os representantes das outras teses não se apresentam para o congresso e buscam inviabilizar sua realização, afirma a autora. Os grupos ligados à Igreja Católica, não participando do Congresso Universitário, apresentam a proposta de um plebiscito em assembleia da APROPUC, que foi aprovado para os dias 9, 10 e 11 de junho de 1987.

No plebiscito foram apresentadas três teses. A reitoria apresentou a tese da *publicização* (a autora não dá muitas informações sobre isso), o professor Ruy César do Espírito Santo apresentou a tese Em defesa da *Fundação Mista*, que tomava como modelo a Fundação Padre Anchieta (mantenedora a TV Cultura de SP) e o grupo em defesa do ensino público para a PUC-SP apresentou a tese da estadualização.

É interessante observar a mudança. No documento apresentado para o Congresso Universitário falava-se de federalização, no plebiscito de estadualização. Sobre isso, ela explica que:

*“Havia efetivamente três ordens da razão. A primeira delas dizia respeito à disposição do governo estadual em ampliar o seu atendimento escolar em nível superior. A segunda razão estava na disposição mais concreta da Unesp em ampliar-se. (...) A terceira ordem da razão para a alteração da proposta para estadualização dizia respeito à preocupação do então reitor da Unesp, professor Jorge Nagle, de que o processo de solução dos problemas, enfrentados por instituições culturalmente significativas como a PUC-SP, não viesse a fortalecer a tendência pró-privatização no ensino superior, mas, ao contrário, a fortalecesse o ensino público e gratuito.”* (Ribeiro, 2001. p.80-81)

A partir disso, abriram-se intensos debates na universidade, até que na Assembleia Geral Universitária, realizada em 4 de junho de 1987, o professor Ruy retira a sua proposta e apoia a reitoria. Somente duas propostas vão para o plebiscito: publicização ou estadualização. Para a surpresa e desespero da Igreja Católica, vence a proposta de estadualização.

Sobre a posição da Igreja Católica, a partir de sua derrota no plebiscito, Maria Luisa explica que a perda durou pouco.

*“A Fundação, como já foi considerado no capítulo primeiro, na figura de seu presidente, o cardeal arcebispo metropolitano de São Paulo, no dia 04/08/1987, vem a público para afirmar que o resultado do plebiscito não será aceito pela Mantenedora. Cai a máscara do respeito às decisões internas à universidade.”* (Ribeiro, 2001. p. 97).

---

14 Comissão da Verdade da PUCSP

No fim, a estadualização não se deu pela falta de interesse do governo estadual em arcar com o ônus que a crise instaurada na PUC-SP tinha alcançado.

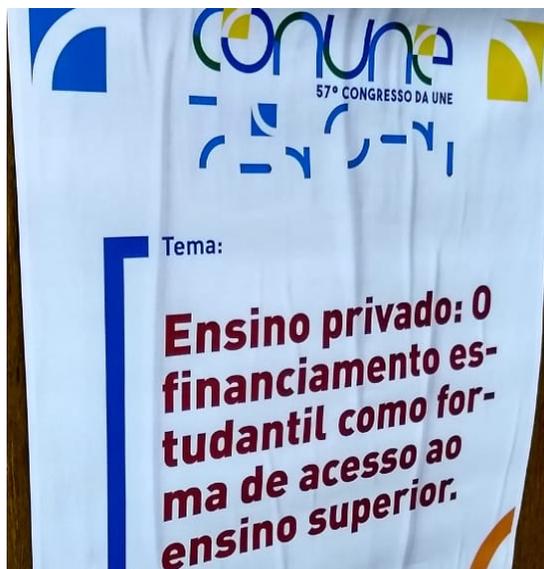
*“Mas o governo do Estado de São Paulo não se mostrou interessado em assumir o ônus da PUC-SP, aceitava apenas incorporar o núcleo da Pós-Graduação e um ou outro curso. Por outro lado, Dom Paulo declarou-se contrário ao desfazimento da identidade da universidade católica. O resultado é que, sem viabilidade, a proposta de Estadualização estagnou e se desarticulou.”<sup>15</sup>*

Se inicia com a recusa por parte da Igreja de aceitar a decisão plebiscitária da comunidade em tornar a PUC-SP uma universidade pública em 1987 e a posição do governo estadual, a terceira fase do movimento pelo ensino público e gratuito numa universidade particular (1987-1990). Nesse contexto, o movimento dos professores já se encontrava na defensiva, além disso, o contexto mais geral era de privatização e de atendimento aos interesses dos grandes monopólios internacionais, o que fortalecia as tendências mais conservadoras e elitistas no interior da PUC-SP.

Ainda que a estadualização da PUC-SP não tenha de fato acontecido, o voto do plebiscito demonstrou a posição política dos estudantes, professores e funcionários e que sua posição estava em defesa do ensino público e gratuito numa universidade particular. Na prática, demonstraram que é essa a luta histórica do movimento estudantil, dos professores e funcionários nas universidades privadas. Mostraram um caminho a seguir, sua luta mostrou o caráter da Igreja Católica na PUC-SP, das entidades mantenedoras das escolas particulares, desmascarando sua aparência democrática e progressista. Além disso, ficou evidente que o Estado não é nada mais do que o balcão de negócios da burguesia e que, no Brasil, nunca demonstrou interesse em expandir o ensino superior público à universalidade. Por isso, não devemos ter ilusão somente na federalização ou estadualização, mas também reivindicar o controle e a direção para àqueles que nas universidades estudam e trabalham. Essa perspectiva se conecta imediatamente com a necessidade de luta pelo socialismo e pela planificação da economia.

A luta pela federalização, para ir até as suas últimas consequências, deveria ter enveredado o caminho da greve com ocupação e o controle pelos estudantes e trabalhadores. Esse é o caminho político para questionar não só quem é o patrão (mantenedora, Igreja) como também mostrar que ele não é necessário e auto-organizar o processo educacional e a produção de conhecimento.

## O papel das direções da UNE na defesa dos tubarões do ensino



Fonte: Liberdade e Luta

---

15 Idem

No seu congresso de refundação, em 1979, a UNE defendeu a educação pública, gratuita e estendida a todos. Essa defesa foi muito mais um produto da pressão das bases em luta contra a ditadura militar e em defesa do ensino público e gratuito do que um descuido da direção, que já naquela época, contava com PCdoB à frente, com a eleição de Ruy César Costa Silva, membro do PCdoB desde 1970. A defesa do ensino público e gratuito para todos foi inscrita na Carta de Princípios do Congresso de Refundação, a contragosto da direção majoritária. A antiga Liberdade e Luta fez parte desse combate, que também reivindicamos.

Progressivamente, a direção majoritária da UNE – encabeçada pelo PCdoB e composta pelo PT, Consulta Popular, Levante Popular da Juventude e PDT – vai abandonando essa bandeira fundamental e passa a defender as políticas de transferência de verbas públicas para as universidades privadas. Fundamentalmente, essa política estava primeiro orientada pelo abandono de uma posição da direção da UNE, isso a fez apoiar a chapa Tancredo-Sarney, pois o PT decidiu não participar das eleições e, posteriormente, a adotar uma postura de apoio às decisões do governo. A direção da UNE foi empurrada pela base a entrar no combate pelo Fora Collor e imediatamente após a sua queda, a apoia Itamar Franco, seguindo a linha da traição cometida pelo PT, encabeçado por Lula.

Durante o governo FHC todo o caráter privatista dos oito mandatos, a direção da UNE atuou com uma postura equilibrada de apoiar as greves somente onde elas já tinham sido deflagradas e, na prática, isolando as greves locais. Essa posição, não muito diferente da atual, serviu de freio para o desenvolvimento da luta a nível nacional e contribuiu para o aprofundamento dos ataques à educação pública.

No 41º Congresso da UNE, realizado em 1999 em BH, com a presença de Fidel Castro, a UNE aprova as consignas Fora FHC e Fora FMI, depois de muita pressão vinda das bases, quase levando a posição contrária a aprovação das consignas – defendida pela direção majoritária – à derrota.

Nos anos 2000, com a eleição de Lula, a direção da entidade passa a atuar como braço de apoio de todas as políticas de transferência de verba pública para a universidade particular. Isso se deu pelo apoio ao PROUNI, ao FIES e diversas outras medidas. Cumprindo religiosamente essa função, a mesma direção da UNE de hoje levou a entidade a ir abandonando na prática a defesa do ensino público e gratuito para todos. Em seu último Congresso, o 57º CONUNE de 2019, a entidade chegou a apresentar em um dos debates do Congresso o tema “*Ensino Privado: o financiamento estudantil como forma de acesso ao ensino superior.*”

Hoje, com os ataques a educação pública e a ciência promovidos pelo governo Bolsonaro, a direção da UNE apresenta palavras de ordem genéricas, como a defesa da educação em abstrato, e isolam as greves locais. Na prática, a direção da UNE, encabeçada pelo PCdoB, transformou a entidade em uma ferramenta velha e enferrujada para os estudantes, mas muito útil para os tubarões do ensino. Ao não se posicionar claramente e abandonar a defesa do ensino público, gratuito e para todos, a direção da UNE colocou a entidade no campo do apoio a expansão do ensino superior privado, abrindo espaço para os tubarões do ensino irem engolindo a educação pública – desde a educação básica até a pesquisa e a ciência.

É essa política, que não tem nada a ver com a juventude e com seus interesses fundamentais, que levou a entidade à sua constante burocratização e aos congressos e eleições fraudulentos, ao monopólio da carteirinha estudantil, etc. Não é a entidade que combatemos, a política encabeçada por uma direção traidora. Para a organização e a defesa dos interesses em sindicatos de estudantes, tudo. Para as direções traidoras e a usurpação dos instrumentos de organização e mobilização, nada.

## Federalização sob controle dos que estudam e trabalham

A nossa luta pela educação pública, gratuita e para todos hoje é, em primeiro lugar, uma luta contra o governo Bolsonaro. Mas não nos limitamos a figura em si, ele somente representa a política do capital de esmagar os direitos e conquistas da classe trabalhadora, entre eles, a educação pública. Para a burguesia não se trata de um capricho, mas de uma necessidade vital para a manutenção dos seus lucros em tempos de crise. Nessa luta de morte, é na conciliação de classes – negociação das organizações dos trabalhadores e da juventude com o governo – que se apoia a burguesia. Ela não poderia avançar com sua sanha privatista sem o apoio das direções dessas organizações, que tratam de frear a mobilização e a disposição de luta da juventude e trabalhadores. Por isso, essa luta também se traduz na insistente denúncia do papel traidor dessas direções.

Ao mesmo tempo, não podemos acreditar que não estamos negociando com o governo ao apresentar pautas parciais. À medida que nos posicionamos contra os cortes na educação pública e na ciência, também devemos nos posicionar contra os interesses gerais da burguesia na educação e contra a própria lógica capitalista. A luta pelo ensino público, gratuito e para todos representa esse posicionamento – um posicionamento de enfrentamento com a ordem vigente, com o capitalismo e com seus representantes.

Nas universidades privadas essa política se traduz na luta pela federalização. Essa luta compreende a defesa de dinheiro público para universidades públicas, portanto, se universidades privadas recebem dinheiro público, estas devem ser federalizadas.

Os estudantes das universidades privadas que sofrem semestre após semestre com a lógica do capital foram abandonados por essa direção traidora da UNE, que somente se lembra deles na época de eleições. Na prática, a direção da UNE despolitizou milhares de estudantes das universidades privadas para ir fazer discursos contra a mercantilização do ensino nas públicas. Uma completa farsa. Com esse artigo, esperamos esclarecer que os estudantes das universidades privadas, a maioria dos jovens universitários do Brasil, tem uma luta que é histórica e revolucionária.

Essa luta não se encerra por si mesma, a federalização das universidades privadas não pode manter a inexistente autonomia universitária. Para nós, mesmo a federalização, sob o sistema capitalista, não é o fim em si mesmo. O controle dos que estudam e trabalham nas universidades é fundamental para combater a alienação do processo educacional e do processo de produção científica. Para isso, com a federalização das universidades privadas, não abrimos mão de seu controle nas mãos daqueles que estão nelas diariamente.

É através do controle operário e democrático nas mãos dos que estudam e trabalham que as universidades poderão planificar a produção de conhecimento, fazendo com que o ensino, a pesquisa e a extensão realmente façam sentido para os estudantes e trabalhadores, para que nós possamos ver algum sentido social nos trabalhos de conclusão de curso, nas pesquisas científicas, etc. O processo de desalienação começa quando tomamos a produção em nossas próprias mãos. Isso também se aplica na educação. Esse controle democrático da universidade nas mãos dos que nela estudam e trabalham deve estar conectado com a planificação geral da economia para a satisfação das necessidades da humanidade e da natureza.

*“A elaboração de um plano econômico, mesmo elementar - do ponto de vista do interesse dos trabalhadores e não dos exploradores - é inconcebível sem controle operário, sem que os operários voltem seus olhos para todas as energias aparentes e veladas da economia capitalista. Os comitês de diversas empresas devem eleger, em oportunas conferências, comitês de trustes, de ramos de indústrias, de regiões econômicas, enfim, de toda a indústria nacional em seu conjunto. Assim, o controle operário tornar-se-á a ESCOLA DA ECONOMIA PLANIFICADA.” (Trotsky, 1938. Programa de Transição)*

## **A nossa luta nas universidades privadas**

Como vimos, muitos são os problemas enfrentados pelos professores, funcionários e estudantes nas universidades privadas. Os ataques são muitos (EAD, demissão de professores, falta de estrutura, aumento progressivo das mensalidades, cortes em bolsas e descontos, etc.), além desses a flagrante falta de autonomia universitária e a repressão da organização dos estudantes e trabalhadores no seu interior ou a própria traição dos dirigentes estudantis que não organizam os estudantes. Nessas universidades, o que mais pega, de forma geral, são as lutas econômicas, que em primeiro lugar, tem como função garantir a permanência do estudante no curso superior. Por isso, não podemos adotar uma postura sectária com relação às lutas como a redução de mensalidades. Quando elas ocorrem, fruto das próprias necessidades dos estudantes, devemos nos colocar em combate como os mais resolutos e os que levam essa luta até suas últimas consequências, neste caso, o fim das mensalidades. Se formos direção em Centros Acadêmicos, podemos impulsionar semanas de mobilização pela redução das mensalidades e nelas ampliar o debate em direção às nossas bandeiras fundamentais discutidas nesse artigo. Nosso papel é elevar as lutas econômicas em direção as lutas políticas dos estudantes. Ainda se estivermos em posição de direção, nosso combate é por transformar os CAs, DAs e DCEs em verdadeiros sindicatos de estudantes. Isso se dá com tudo que explicamos sobre o tema (livre, de base e socialista), partimos das lutas concretas e as elevamos em direção ao socialismo. A aplicação das nossas bandeiras deve ser feita à luz de qual a melhor tática para nos aproximar do conjunto dos estudantes e aproximar e recrutar os mais avançados, ou seja, aqueles que querem uma solução radical aos problemas enfrentados na educação e na sociedade.

# A LUTA PELA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E A POSIÇÃO DOS MARXISTAS

– *Esquerda Marxista | Liberdade e Luta*

Com a intervenção de Bolsonaro nomeando reitores de universidades federais em 2020, um importante debate retornou à cena política estudantil, a luta pela autonomia universitária. Para algumas organizações, a autonomia universitária é vista como sendo a “livre escolha dos reitores”, através do processo de eleição. Para outras organizações, a autonomia universitária está alinhada ao fim da lista tríplice, ou seja, a escolha direta de reitores via eleição da comunidade acadêmica. O que é, afinal, autonomia universitária e qual a posição dos marxistas? Para responder a essas questões é preciso retomar a história das universidades e a luta pela autonomia universitária na América Latina.

## A história das universidades



Universidade Humboldt de Berlim Fonte: PIXABAY

Na história, o tema educação sempre carregou um conflito intrínseco: de um lado, o interesse e necessidade das classes dominantes em perpetuar ideologicamente sua dominação; do outro, a marcha do desenvolvimento do pensamento, respondendo a questões de seu tempo e contestando dogmas.

O pano de fundo da luta de classes, encontra suas particularidades em cada época. Nesse caminho, importantes avanços foram arrancados das classes dominantes, o que abriu a necessidade de ela readequar seu regime de exploração e, portanto, suas instituições de disseminação ideológica, tais como universidades, escolas etc.

*“As universidades modernas tiveram sua origem na idade média, entre os séculos 12 e 15. Neste período, foram fundadas as universidades de Oxford, Bolonha e Paris. Coimbra (Portugal) foi criada em 1290. As datas de fundação não são precisas – os documentos históricos registram datas diferentes, mas a sua instituição é sempre através do reconhecimento oficial*

de sua existência. Essa fundação se faz por bula papal ou por decreto imperial, que reconhece a sua independência frente aos poderes locais.” *Autonomia Universitária – Esquerda Marxista*<sup>16</sup>

Essas universidades tinham uma certa autonomia por estarem distantes do papa ou do imperador que as fundaram, eram consideradas autônomas. Contudo, essa mesma autonomia vai gerar conflitos com as autoridades e serão palco de um debate filosófico e teológico fruto da diversa composição de sua comunidade acadêmica, afirma o texto. Além disso, esses debates servirão de base para os futuros embates da burguesia com o clero e senhores feudais.

Nesse contexto, o desenvolvimento das forças produtivas encontrava um grave limite no engessamento anticientífico da teologia, levando a burguesia a apoiar-se em ideais iluministas, críticos e progressistas. Foi esse duro golpe no clero e nos senhores feudais que alavancou o desenvolvimento científico e cultural, que há muito era contido, bloqueado pela Igreja e seu obscurantismo religioso. As primeiras universidades cumpriram um papel importante nesse processo ao desenvolver um modelo universitário de defesa da autonomia enquanto autonomia do pensamento, produção científica e cultural.

Para se ter uma ideia, até então nos colégios ligados a Ordem dos Jesuítas, era praticado uma coletânea de regras para a docência, chamado *Ratio Studiorum*, baseado nas experiências do Colégio Romano e outros colégios, através do qual o conteúdo era lido por representantes da Igreja Católica, sendo repetido pelos estudantes para memorização, sem qualquer possibilidade de contestação ou questionamento. Mesmo porque, durante séculos, questionar foi literalmente o crime que mais levou à fogueira durante a Santa Inquisição. Em outras palavras, a criação das universidades tinha o intuito de reafirmar o *status quo*, perpetuando a ordem de exploração entre classes.

A autonomia universitária é a grande discussão que permeia a constituição da Universidade Moderna. A ideia de liberdade de expressão trazida pela Revolução Francesa teve seu apogeu na constituição da Universidade de Berlim. É aí que Wilhelm Von Humboldt desenvolveu os fundamentos do que conhecemos hoje como Universidade. A indissolubilidade do ensino e da pesquisa, a liberdade de cátedra e a ligação entre toda a estrutura de ensino com a universidade, a ciência e a mesmo com o desenvolvimento da indústria que acontecia. Humboldt idealizou a universidade como o ambiente em que o desenvolvimento intelectual está ligado a todas as áreas do conhecimento e inclusive ligado ao desenvolvimento de toda a sociedade, ideia muito avançada para a época. Uma concepção de que a universidade deve estar ligada às instituições científicas, culturais, como as chamadas academias da época e inclusive aos museus.

Não é à toa que a Universidade de Berlim será um dos palcos das maiores disputas teóricas do século XIX, passaram por ali Engels, Marx, Bakunin, Schopenhauer, o poeta Heine e inúmeras outras figuras históricas. Hegel lecionou nela até o fim da vida. São as discussões realizadas aí que influenciam a constituição das universidades como conhecemos hoje, não só a Europa do século XIX e XX, mas também toda a América.

Partindo do contexto de colonização espanhola na América Latina, as primeiras universidades surgiram já no século XVI, como a Universidade de São Marcos, em Lima (Peru) e a Universidade Nacional Autônoma do México (ambas em 1551), e mais tarde em Córdoba, na Argentina, em 1613; entre outras. Essa investida da monarquia de trazer universidades às colônias de forma “aparentemente” prematura obviamente não tinha o intuito de fazer a América Latina um novo celeiro da ciência e do avanço tecnológico. Na verdade, a criação de universidades nas colônias e seu atraso é fruto do atraso do capitalismo na coroa de Portugal e Espanha em relação as demais nações europeias. A maior parte das colônias espanholas já tinham civilizações relativamente

---

16 Publicado originalmente em 28/08/2019. Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/autonomia-universitaria/>

complexas e isso demandava uma forma de dominação mais do que militar, mas ideológica. Nesse sentido, as universidades formavam os novos burocratas e pensadores da classe dominante.

Já o Reino português, que quase sempre concentrou as universidades em sua metrópole, se limitou a fundar no Brasil escolas profissionalizantes para capacitação de trabalho e pequenos postos administrativos. As primeiras universidades surgiram apenas no século XX, em 1920, pelo decreto 14.343, que reuniu unidades de ensino superior já existentes, dando efetivamente ao conjunto o título de “universidade” à assim formada Universidade do Rio de Janeiro, depois pela Universidade de Minas Gerais, em 1927, e pela Universidade de São Paulo, em 1937. Tiveram um importante papel na criação de universidades por aqui as revoltas universitárias como a de Córdoba, na Argentina em 1918, assim como a Revolução Russa de 1917, que fez avançar muito as universidades e o desenvolvimento científico a partir da planificação da economia, inclusive em termos da corrida espacial, por exemplo.

## O Manifesto de Córdoba



A Universidade de Córdoba, na Argentina, foi fundada em 1621 e, segundo o professor José Alves de Freitas Neto, ela “preservava ainda no início do século XX algumas das características do período colonial. A ligação com os jesuítas e a resistência a mudanças de procedimentos durante o período das lutas pela independência fez com que o conservadorismo fosse uma das marcas principais da Universidade e da cidade.” *A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto*<sup>17</sup>

Todo o contexto anterior a reforma de 1918 foi de intensa luta de classes na Argentina. A classe operária começava a se organizar de maneira independente, criando seus partidos e centrais sindicais. Em 1896, os trabalhadores argentinos criam seu primeiro partido: o Partido Socialista; e em 1901 sua primeira central sindical: a Federación Obrera Regional Argentina (FORA), ambas organizações que protagonizaram importantes greves e lutas. Em Córdoba, o movimento socialista se enfrentava principalmente com a Igreja, bem como os estudantes e professores que expressavam inquietações quanto as intromissões da Igreja e do clero nas atividades acadêmicas. A cidade, profundamente atrasada em relação aos processos de independência de 1810, permanecia, mais de um século depois, dominada pela Igreja. Até então, a Universidade de Córdoba permanecia como um claustro. Diante disso, estudantes de Medicina realizaram um protesto contra o fechamento do internato, o que os colocou em choque com a administração da universidade, que alegava falta de recursos e questões “morais”.

<sup>17</sup> Publicado em 27/05/2011. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/a-reforma-universitaria-de-cordoba-1918-um-manifesto>>

*“Na Faculdade de Engenharia, por ordem dos catedráticos, aumentaram as exigências para que os alunos pudessem assistir às aulas, restringindo a presença de jovens de classe média. A proposta de mudança no sistema de cátedras reuniu os estudantes das três faculdades existentes: Medicina, Engenharia e Direito. Sem serem atendidos, iniciaram uma greve geral no dia 31 de março e lançaram um manifesto à juventude argentina.”*

Foi nesse contexto que, em 1918, o movimento estudantil de Córdoba, na Argentina, exigiu mudanças estruturais através de um manifesto lançado no jornal “La Gaceta Universitária”, cujo título “La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sud America” ficou mais conhecido como Manifesto de Córdoba.

*“Fueron los estudiantes de la Universidad Nacional de Córdoba quienes iniciaron el movimiento reformador que más tarde se extendió por todo el país, y pocos años después a gran parte de América Latina. Los estudiantes cordobeses proclamaron el “Manifiesto de Córdoba”, cuyos postulados básicos eran:*

- 1. El cogobierno de profesores y estudiantes.*
- 2. La autonomía política, docente y administrativa de la universidad.*
- 3. La elección de los dirigentes de la universidad por asambleas de profesores, estudiantes y egresados.*
- 4. El fortalecimiento de la función social de la universidad.*
- 5. La gratuidad de la enseñanza y ayuda social a los estudiantes.*
- 6. La elección de profesores por medio de concursos públicos y la supresión de su autoridad incuestionable.*
- 7. La renovación periódica de los nombramientos a los profesores.*
- 8. La asistencia libre a clases.*
- 9. La libertad de cátedra.*
- 10. La inclusión de estudios humanísticos y de problemas sociales en los planes de estudio de las carreras profesionales.”* Una alternativa socialista a la crisis de la universidad – Corriente Marxista Militante<sup>18</sup>

A autonomia universitária no Manifesto de Córdoba foi postulada como sendo a autonomia política, docente e administrativa da universidade. Uma confronto direto com as mãos do clero e com o Estado. Além disso, entre seus postulados, havia também a eleição de dirigentes da universidade por meio de assembleias de professores, estudantes e graduados, o co-governo entre estudantes e professores para administrar a universidade e a liberdade de cátedra, isto é, a liberdade de aprender e ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Esses postulados entravam em confronto direto com a nomeação de dirigentes, até então realizada pela Igreja ou pelo Estado, e reivindicavam o controle administrativo da universidade e o livre debate e produção de pensamento, arte e do saber.

Na época, a cidade de Córdoba era conhecida pela “resistência em acompanhar o fluxo da história”, considerando que há muito tempo já corriam pelo mundo os ideais iluministas das revoluções burguesas, o que fundamenta os adjetivos “anacrônica” e “retrógada”, usados no manifesto.

---

<sup>18</sup> Publicado em 21/09/2019. Baixe o documento completo em espanhol pelo link: <https://argentinamilitante.org/una-alternativa-socialista-a-la-crisis-de-la-universidad/>

Pelo fato desse atraso ter deixado a universidade incompatível com as demandas tanto da classe trabalhadora quanto da classe dominante, o movimento foi até apoiado pelo então presidente Hipólito Yrigoyen, seguindo os “ventos da democracia”, que haviam levado o sufrágio universal à Argentina seis anos antes.

*“Los cambios más significativos que introdujo la Reforma de 1918 fueron: la modernización de la enseñanza y los planes de estudio, arrinconando el modo de enseñanza dogmática, clerical, autoritaria y conservadora; la participación de los estudiantes en el gobierno universitario (cogobierno), si bien con una presencia minoritaria en el mismo; la Autonomía Universitaria; el ingreso irrestricto; el acceso a los cargos docentes por concurso público y por un período establecido; y el reconocimiento de los centros de estudiantes elegidos democráticamente. Fue, en medio de las movilizaciones estudiantiles de aquellos años que se fundaron la Federación Universitaria Argentina (FUA) y la Federación Universitaria de Buenos Aires (FUBA). Además de la introducción del cogobierno estudiantil, la innovación más destacada de la Reforma fue la implantación de la Autonomía, que daba a las universidades plena potestad normativa para dictar sus propios estatutos y reglamentos, para organizar sus estudios (aprobar planes y programas, crear carreras), para disponer y administrar sus bienes y rentas, y para organizar sus servicios, nombrar y remover a su personal docente y administrativo.”* Una alternativa socialista a la crisis de la universidad – Corriente Marxista Militante

O movimento estudantil contestou a burocracia e o engessamento da universidade, herdeira da Santa Inquisição, exigindo uma série de reivindicações, dentre as quais: autonomia universitária, a participação dos estudantes nas decisões pedagógicas e administrativas da universidade, admissão do corpo docente por concursos periódicos, liberdade de cátedra, a extensão, o vínculo operário-estudantil, entre outros. Tratava-se, portanto, de um repúdio ao modelo autoritário, antidemocrático e já obsoleto na gestão da universidade.

Um ponto interessante é que, na mesma época, se encerrava a I Guerra Mundial, bem como acontecia a Revolução Russa, justamente contra um regime czarista de um país semifeudal. Se a Revolução Francesa desbancou a monarquia com seus ideais de democracia, o que se observava nessa época era, além dos resquícios do feudalismo a serem varridos, o próprio sistema capitalista já tropeçando em suas crises transfiguradas em miséria, retrocesso e guerras, uma combinação de sintomas.

Por isso, as demandas democráticas se misturavam com demandas sociais e isso se espalhou por toda América Latina, o que deixou a burguesia em alerta. O desafio posto para a burguesia era fazer um corte limpo, podando esse caráter arcaico, limitando-se a garantir a democracia nos limites da democracia burguesa, com todos os vícios que ela carrega. Mas, apesar da cautela, as conquistas extrapolaram o contexto isolado da universidade e trouxeram à tona, além de reivindicações democráticas, discussões importantes sobre a função social da universidade, não só em Córdoba como em toda a Argentina e na América Latina.

A noção de pesquisa e extensão (ou seja, não apenas de ensino) tentou, ainda que de forma idealista, puxar o tema educação a serviço da sociedade, em oposição ao modelo das escolas e faculdades isoladas, que tinha como função apenas a promoção social do indivíduo e manutenção da divisão social em classes.

*“A experiência dos estudantes de Córdoba contra a interferência do clero e dos setores mais reacionários implicava a defesa do princípio da autonomia, que em outros países, e por diversas vezes ao longo dos anos seguintes, foi utilizada contra as pressões governamentais. A defesa da autonomia foi parte das declarações de movimentos estudantis que se seguiram ao Manifesto de 21 de junho de 1918 em vários países, como México, Uruguai, Chile, Brasil e Peru.”*

## A autonomia universitária no Brasil



Escola de Cirurgia da Bahia, em Salvador

*“Durante o Império, a oferta do ensino superior no Brasil foi centralizada pelo governo, sem supervisão e com baixo investimento público, mas com autonomia docente no interior das faculdades. Após a Proclamação da República, a primeira lei que concedeu autonomia didática e administrativa aos institutos federais de ensino superior é de 1911 e antecedeu a própria criação de universidades no País. Até a edição da atual Constituição de 1988 – que prevê a autonomia universitária em seu art. 207, cinco Constituições (1891, 1934, 1937, 1946, 1967), uma Emenda Constitucional (EC no. 1/69), seis reformas do ensino superior e diversos decretos federais definiram e regulamentaram a autonomia universitária. Nesse período, a participação da comunidade acadêmica na eleição de dirigentes foi suprimida entre 1915 e 1961, salvo no caso da Universidade de São Paulo, criada em 1934 em regime menos rígido que o das universidades federais, submetidas, à época, ao Estatuto das Universidades Brasileiras de 1930. A edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 modificou o panorama com a previsão de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar (art. 80), incluindo a elaboração de listas tripliques para escolha de reitor, o que foi mantido durante o governo militar na forma da Lei 5.540/68.”<sup>19</sup>*

Temos acima um breve histórico das modificações em torno da autonomia universitária no Brasil, contudo, a concepção de autonomia presente nesse trecho está restrita a eleição de dirigentes das universidades, isto é, de reitores. Vemos também que foi apenas em 1968, com as grandes mobilizações no mundo e no ano da unidade internacional da luta de classes e, no contexto, da passeata dos 100 mil no Brasil contra a ditadura, que ocorre uma reforma universitária a contragosto da ditadura, fruto da pressão internacional e nacional da luta de classes.

Segundo Carlos Benedito Martins, autor do artigo “A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil”:

*“A Reforma de 1968 produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Por um lado, modernizou uma parte significativa das universidades federais e determinadas institui-*

<sup>19</sup> Sobre a autonomia das universidades. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/sobre-a-autonomia-das-universidades/>>

*ções estaduais e confessionais, que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma. Criaram-se condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então - salvo raras exceções - estavam relativamente desconectadas. Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. Para atender a esse dispositivo, criou-se uma política nacional de pós-graduação, expressa nos planos nacionais de pós-graduação e conduzida de forma eficiente pelas agências de fomento do governo federal. Nos últimos 35 anos, a pós-graduação tornou-se um instrumento fundamental da renovação do ensino superior no país. Sua implantação impulsionou posteriormente um vigoroso programa de iniciação científica, que tem contribuído para articular pesquisa e ensino de graduação e impulsionado a formação de novas gerações de pesquisadores).”<sup>20</sup>*

Ao mesmo tempo que essa reforma deu condições para a ampliação das universidades e das vagas ofertadas, o mesmo autor confirma que elas foram insuficientes para a demanda crescente de novas vagas e que isso abriu margem para a expansão do setor privado na educação.

A eleição de dirigentes foi suprimida nas universidades brasileiras entre 1915 e 1961. A LDB de 1961 incluiu no conceito da autonomia universitária os conceitos de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar e a Ditadura Militar insere um novo padrão para as eleições de dirigentes, a implantação da lista tríplice com a Lei nº 5.540/68, que torna o processo de eleição, na verdade, uma mera consulta à comunidade. A inclusão da autonomia financeira pela LDB é a base para a criação de fundos na educação, uma forma de limitar os recursos e não ampliá-los, além de permitir a participação da iniciativa privada na educação pública.

Nos anos 80, com o desgaste da política econômica dos militares, com a rearticulação dos movimentos operários e estudantis, a burguesia se movimentou para uma “redemocratização”, enxergando que o regime militar apresentava cada vez menos condições de mantê-la em sua posição parasitária. Assim surgiu a nova Constituinte, onde há um artigo que diz:

**“Art. 207.** *As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”*

Na Constituição de 1988 há diversas contradições que se expressam no debate da autonomia universitária. Em primeiro, ela afirma que a educação pública, gratuita e para todos é um direito de todo cidadão, ao mesmo tempo que permite a participação do setor privado na educação. No debate da autonomia, a inclusão da autonomia de gestão financeira é um engodo que dá abertura às universidades públicas buscarem financiamento junto a entidades privadas e permite a participação das entidades privadas na gestão financeira das universidades.

Ao mesmo tempo, no decreto nº 1.916, de 23/05/1995, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de ensino de instituições federais de ensino superior, através de lista tríplice, diz em seu inciso primeiro: “Reitor e o Vice-Reitor de universidade mantida pela União, qualquer que seja a sua forma de constituição, serão nomeados pelo Presidente da República, escolhidos dentre os indicados em listas tríplices elaboradas pelo colegiado máximo da instituição, ou por outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim.”

A Lei de Diretrizes e Bases da educação, de 1996 (FHC), manteve o mesmo campo aberto à

---

20 A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302009000100002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000100002)

iniciativa privada que a LDB de 1961 havia definido, e seguindo à risca a agenda do capitalismo (medidas do FMI e Banco Mundial para manter os países sob domínio do setor financeiro norte americano por meio de dívidas).

E, para reforçar a adaptação, criou-se, através do Decreto 2.306/97, os Centros Universitários e os Institutos Superiores de Educação para uma educação ainda mais fragmentada sob o argumento de que “o específico é enxuto e gasta menos da máquina pública”. Esses centros e institutos se desvinculam do conceito de universidade e são a brecha que o setor privado cunhou através das leis para florescer durante os anos 90.

Vale lembrar que os governos Lula e Dilma nada fizeram para alterar essa realidade. Mantiveram a política de transferência de dinheiro público para o ensino pagopor meio dos programas como PROUNI e FIES, sustentando o desenvolvimento dos tubarões do ensino. A questão da autonomia universitária no governo Lula é muito bem explicada no artigo de Celina Regina Otranto:

*“A “garantia” de autonomia universitária está presente em todos os documentos que fundamentam a proposta do governo Lula da Silva. No Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial há uma relação explícita entre a crise que assola as universidades públicas e as “amarras legais que impedem cada universidade de captar e administrar recursos, definir prioridades e estruturas de gastos e planejamento” (p. 9). Por esse motivo, segundo o relatório, “a imediata garantia de autonomia às universidades é um passo necessário para enfrentar a emergência” (id.). O discurso sedutor parece, no primeiro olhar, que vai ao encontro dos anseios das comunidades universitárias, porém, no decorrer da leitura do relatório, percebe-se que a autonomia por ele proposta tem como enfoque principal a autonomia financeira, ou seja, a liberação da universidade para captar recursos no mercado, sem amarras legais. Isso daria um enorme alívio financeiro ao Estado que seria obrigado, somente, a complementar esses recursos e não mais teria, como tem hoje, a obrigação de manter financeiramente as universidades públicas. A inspiração dessa “autonomia financeira” do Grupo Interministerial do governo Lula da Silva veio, como as demais, dos documentos do Banco Mundial (BM). Tomando como referência o documento de 1994, podemos ver que o BM considera a educação superior no Brasil um campo extremamente privilegiado devido aos subsídios governamentais a ela destinados, e propõe uma ampla reforma.”<sup>21</sup>*

Uma série de decretos são realizados com esse sentido, possibilitando a expansão do ensino privado, tal como a implantação do FIES, do PROUNI, parcerias entre laboratórios e universidades, etc.

Em 24/12/2019, uma nova Medida Provisória (914) editada pelo governo Bolsonaro revogou a lei nº 9192 de 21/12/1995, alterando a forma de eleição dos dirigentes de universidades, dando mais possibilidades ao presidente de não acatar o resultado da lista tríplice. Essa medida se conecta com a tentativa, por parte do governo Bolsonaro, de nomear reitores mais alinhados com seus posicionamentos ideológicos na aplicação do orçamento das universidades. Além disso, a MP alterou a lei de 1995 em relação ao peso dado aos docentes nas consultas, aumentando de 60% para 70%, notadamente, uma forma de, ao nomear reitores, fazer com que os professores alinhados aos reitores nomeados tivessem mais peso nas decisões da universidade. Um ataque aos estudantes, que tem representado a linha de frente do enfrentando aos cortes nas universidades públicas do país. A MP, no entanto, perdeu eficácia.<sup>22</sup>

Assim chegamos ao período atual, em que o debate sobre o conceito de autonomia univer-

---

21 A REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO GOVERNO LULA: DA INSPIRAÇÃO À IMPLANTAÇÃO. Disponível em: <<https://anped.org.br/sites/default/files/gt11-1791-int.pdf>>

22 Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/140379>>

sitária, que originalmente partiu da liberdade de pensamento científico, artístico e político e da autonomia pedagógica, sob controle dos estudantes, professores e funcionários, se restringiu na disputa sobre eleição dos reitores e a “autonomia financeira”, isto é, na autonomia de captar recursos com a iniciativa privada.

## O reitor e a universidade capitalista



O reitor na universidade capitalista tem a função de garantir a aplicação e gerência de um orçamento dado, seja nas universidades públicas ou nas privadas. Ele não representa os interesses da comunidade frente às mantenedoras (instituições de caráter público ou privado, com ou sem fins lucrativos, que são responsáveis pelas universidades), mas age em conjunto com estas, controlando os rumos do tripé ensino-pesquisa-extensão de acordo com os interesses das mantenedoras. Nas universidades privadas é mais fácil de visualizar esse caráter, uma vez que na maior parte delas o reitor é nomeado diretamente pelos donos das mantenedoras.

Nas universidades públicas, onde a existe uma tradição mais organizada do movimento estudantil, a luta por autonomia universitária foi “resolvida” pelo Estado burguês, na Reforma Universitária da Ditadura Militar, pela eleição de reitores em lista tríplice, uma forma de manter o controle do orçamento por meio desses dirigentes. A comunidade vota e é formada uma lista com os três mais votados, mas a nomeação continua garantida ao poder do Estado, ou seja, nada mais do que um processo de consulta à comunidade.

No caso das universidades pontifícias, como é o caso da PUC, foi dado um exemplo claro de como a lista tríplice é insuficiente. Em 2012, houve eleições para reitor e a professora Ana Maria Marques Cintra foi nomeada pelo Grão-Chanceler, Dom Odilo Pedro Scherer, como reitora da PUC-SP, a despeito de ter sido a terceira colocada na lista. A nomeação desencadeou um movimento de greve com ocupação da reitoria, a greve chegou a ser considerada abusiva pelo Tribunal Superior do Trabalho. Mas infelizmente, estudantes, professores e funcionários tiveram que continuar sob um mandato de quatro anos de Ana Cintra, que retirou diversas conquistas, como, por

exemplo, o bandeirão estendido a todos os estudantes.



Manifestação de estudantes da PUCSP contra a nomeação de Ana Cintra

O Grão-Chanceler funciona como o presidente nas universidades federais para a nomeação de reitores nas pontificas e esse exemplo emblemático da PUC-SP mostra como a lista tríplice é praticamente um teatro de bonecos, onde aqueles que votam não tem realmente o poder de escolha, quanto mais de decisão sobre os rumos da universidade.

Outro exemplo: o projeto “Future-se” de Bolsonaro. Os reitores que disseram não ao projeto, assim como os que disseram sim, terão de captar recursos junto a iniciativa privada para manter ou recompor o orçamento da universidade. Ainda que possam ter um posicionamento contra a privatização e sucateamento da universidade pública, são obrigados a aplicar a medida devido à falta de recursos; ou nenhuma influência vão ter a partir do momento da captação, uma vez que quem vai gerir os fundos é a OS responsável pela captação dos recursos; ou ver a universidade sendo destruída em plena sua gestão sem recursos; ou então renunciar para não se abster de seus princípios. Nada mudará para os rumos da educação, no entanto.

O processo de eleição, na verdade, uma consulta à comunidade, tem como objetivo legitimar o carrasco que vai aplicar um dado orçamento, já decidido pela mantenedora, seja ela pública ou privada, tendo a legitimidade da eleição (leia-se, consulta) a seu favor, o controle e a imposição de projetos que atendam ao interesse do imperialismo. O reitorado é, portanto, um agente da burguesia, é um interventor do Estado burguês e das Igrejas nas universidades.

## **Democracia universitária e autonomia universitária**

Dessa maneira, para um funcionamento realmente democrático no ambiente universitário, erguemos não só a bandeira do fim da lista tríplice, mas também a da paridade nos órgãos colegiados, assembleias por categoria/cursos/turnos e assembleias gerais para o debate, organização e definição dos rumos que a comunidade quer para a universidade e de suas representações. Isso é o mínimo para começarmos a falar de democracia universitária.

Mas mesmo essas bandeiras são insuficientes para se falar de uma verdadeira autonomia universitária. As eleições diretas para reitor ou mesmo o fim do reitorado com órgãos colegiados não resolvem o problema sobre quem controla o orçamento da educação e das universidades, mesmo escolhendo democraticamente ou eliminando os dirigentes de ensino, sejam reitores ou diretores da estrutura administrativa das escolas, a função que cumprem não desaparece do

mapa. Essa função e sua execução podem continuar sendo aplicadas pelo órgão colegiado eleito com paridade, e o controle da produção científica e dos rumos da universidade continua sendo ditado pelo capital, só que com uma aparência democrática.

A autonomia universitária é compreendida pelos marxistas como a autonomia de pensamento, de produção de pensamento científico, político e artístico no interior da universidade. É a liberdade de aprender e ensinar, pesquisar e divulgar o conhecimento. Aqui entram bandeiras como a defesa das liberdades democráticas (expressão, manifestação e organização) de professores, estudantes e técnico-administrativos e a liberdade de cátedra. A luta pela autonomia universitária não inclui a responsabilidade da comunidade acadêmica (professores, estudantes, funcionários) na gestão ou administração do orçamento da universidade. Como vimos no Manifesto de Córdoba, não havia a inclusão de uma autonomia financeira, isso porque defendemos a educação pública e, portanto, as universidades são dependentes financeiramente do Estado. Ao mesmo tempo, o reconhecimento de que elas são dependentes financeiramente do Estado tem, por outro lado, o reconhecimento de que este Estado a serviço da burguesia estrangula o orçamento das universidades e, portanto, devemos lutar por todo dinheiro necessário na educação e ciência e contra qualquer corte.

Se, por um lado, defendemos a autonomia universitária, por outro, também defendemos uma universidade para os interesses da classe trabalhadora e da humanidade, que não está dissociado da luta pela educação pública, gratuita e para todos e a federalização das universidades que recebem dinheiro público, o fim do vestibular, vagas para todos nas universidades públicas e todo dinheiro necessário para a educação e ciência públicas.

Ao mesmo tempo que nós apoiamos nas formulações gerais como “liberdades democráticas” e “autonomia universitária”, não podemos esquecer de fazer mais preciso seu caráter de classe, preenchendo essas formulações gerais com o caráter da classe operária e demarcando muito claramente os interesses gerais e imediatos dos trabalhadores. Foi assim que Lênin colocou a questão sobre a democracia operária contra a defesa da “democracia em geral”, no primeiro congresso da Internacional Comunista.

*“1 – O crescimento do movimento revolucionários proletário em todos os países suscita os esforços convulsivos da burguesia e dos agentes que ela possui nas organizações operárias para descobrir os argumentos filosófico-políticos capazes de servir à defesa da dominação dos exploradores. A condenação da ditadura e a defesa da democracia figuram entre esses argumentos. (...) 2 – Em primeiro lugar, este argumento se apoia nas concepções de democracia geral” e de “ditadura em geral”, sem precisar a questão da classe. Colocar assim o problema, fora da questão das classes, pretendendo considerar o conjunto da nação, é zombar da doutrina fundamental do socialismo, a saber a doutrina da luta de classes, aceita nas palavras, mas esquecida na prática pelos socialistas que passaram para o campo da burguesia. (...)” – Teses sobre Democracia – Lenin<sup>23</sup>*

---

23 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/03/04.htm>

## Nossa posição e tarefas



Tomada da Faculdade de Direito da Universidad de Córdoba. Foto: Arquivo/UNC

Nesse sentido, não participamos das eleições para reitores, explicando sua função de legitimar os carrascos que aplicarão o orçamento do Estado burguês ou da burguesia diretamente, que não são representantes da comunidade, mas representantes do interesse das mantenedoras que, pública ou privada, atendem aos interesses da burguesia na educação. Como contraposição positiva, apresentamos a defesa do caráter público gratuito e estendido a todos da educação, portanto, a estatização das universidades privadas que recebem dinheiro público, o fim do vestibular e todo dinheiro necessário para a educação e ciência públicas, sob controle dos que estudam e trabalham, de acordo com um plano geral da economia organizado por um governo socialista dos trabalhadores.

Enquanto o orçamento é definido por gestores a serviço do capital, a escolha dos dirigentes de ensino ou reitores somente nomeará com ou sem legitimidade o carrasco que irá aplicar interesses alheios aos da comunidade acadêmica e das necessidades dos trabalhadores que a universidade pode prover. Nesse caso, a autonomia universitária ganha a forma de uma luta pela ampliação dos orçamentos de ensino, pesquisa e extensão a nível local e nacional.

Nas universidades públicas – estaduais ou federais – onde existe esse tipo de tradição de lista tríplice, não participamos das eleições, boicotamos abertamente essas eleições e nos utilizamos do processo para discutir com os estudantes nossas posições, debatendo com os estudantes as insuficiências programáticas dos candidatos frente a um orçamento para a educação sucateado e cortado, mostramos como esses reitores, por mais progressistas que possam ser individualmente, enquanto reitores, terão de prestar contas aos governos a serviço do capital e a aplicar ataques para atender a esses interesses, discutimos a importância da organização dos estudantes e trabalhadores para fazer frente a esses ataques e como podemos ter uma universidade pública, gratuita e para todos sob o controle dos que nela estudam e trabalham com a finalidade de atender os interesses da humanidade e não do lucro.

No caso das universidades particulares, onde sequer existe a tradição de eleições diretas ou lista tríplice, nossa demanda não é para que se estabeleçam listas tríplices ou entrar em campanha para ter eleição para reitores. Nesses espaços, nossas mobilizações precisam ser os primeiros passos da organização dos estudantes, mobilizando em torno de cada demanda concreta e imediata para agrupar estudantes e impulsioná-los na construção de suas próprias entidades. A cada nomeação de reitores, explicitar o caráter autoritário das mantenedoras privadas, dos lucros serem o prejuízo dos estudantes, da necessidade de federalização das universidades privadas que recebem

dinheiro público sob controle dos que estudam e trabalham e da luta em conexão com as demais universidades públicas pela educação pública, gratuita e para todos.

A defesa da autonomia universitária sob o capitalismo se concentra na liberdade de pensamento, as liberdades democráticas, produção científica e artística nas universidades; na autonomia pedagógico- científica e na liberdade de cátedra. Mas, por sua própria definição, ela é uma das tarefas democráticas que a burguesia, no estágio imperialista do capitalismo e em um país dominado pelo imperialismo, é incapaz de cumprir. Por isso, combatemos a ilusão de que ela pode ser alcançada plenamente mesmo na república mais democrática da burguesia, dado que também o próprio capitalismo se encontra em um fase de declínio e degeneração onde o mesmo bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas, entre elas, a ciência.

A autonomia universitária é, portanto, uma tarefa que será cumprida plenamente pela revolução socialista, encabeçada pelos trabalhadores. Dissociá-la da transformação socialista da sociedade e defendê-la em si mesma não interessa aos comunistas. Nossa luta é pela emancipação total da humanidade da exploração de classe, onde todos os seres humanos possam ter liberdade total de pensamento, criação artística e produção científica em benefício da libertação do conjunto da humanidade, de nossa passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade.

# PASSO A PASSO PARA A FORMAÇÃO DE UM CENTRO ACADÊMICO

## **1º PASSO:** A importância da organização dos estudantes

Escolha a data, o local e o horário. Passe em sala de aula e convide os representantes das turmas e todos os interessados para um encontro com objetivo de conversar sobre o que é o movimento estudantil, a importância da organização dos estudantes dentro da instituição, como fundar um Centro Acadêmico e qual será a sua função. Nessa reunião, faça uma votação e escolha um grupo de responsáveis para compor a “Comissão PRÓ-CA”.

## **2º PASSO:** A Comissão PRÓ-CA

O papel da comissão PRÓ-CA é se dividir em pequenos grupos e passar em sala de aula para compartilhar as informações discutidas no encontro com aqueles que não puderam comparecer. O objetivo é divulgar a importância de dar início à constituição de um Centro Acadêmico dentro da universidade, convidando mais estudantes para fazer parte, deixando aberto o espaço para expor as suas opiniões e poder contribuir com ideias. Ela também é responsável por elaborar uma proposta de Estatuto e por organizar uma Assembleia Geral de fundação.

## **3º PASSO:** O estatuto e a Assembleia Geral de fundação

A comissão PRÓ-CA é a responsável também por formatar uma proposta de estatuto de fundação do Centro Acadêmico e mobilizar os estudantes para discutir e aprovar. A comissão pode redigir uma espécie de “carta aberta aos estudantes do curso”, deixando claro os objetivos, as propostas e as responsabilidades daquele CA que está sendo proposto. Depois, é necessário marcar novo encontro com os estudantes do curso para a aprovação dos documentos e discutir outros temas relacionados à criação do CA. Essa reunião será a Assembleia Geral de fundação do Centro Acadêmico.

## **4º PASSO:** A primeira eleição

Nessa Assembleia Geral de fundação também se define o nome do CA, aprova-se o estatuto e elege-se uma Comissão Eleitoral responsável por organizar a primeira eleição da diretoria da entidade. São, então, definidas e aprovadas também as regras para a eleição e indicada uma data para a sua realização. É importante que a data da eleição seja em um prazo razoável para que os interessados em participar possam se organizar e inscrever as suas chapas.

**\*\* ATENÇÃO:** *Essa Assembleia de fundação tem que ser coordenada por estudantes do curso. É importante registrar toda a reunião e as suas deliberações em uma ata que depois deve ser assinada por todos os presentes*

## **5º PASSO:** A divulgação da eleição

Escolhida a data da eleição, a Comissão Eleitoral estabelece um prazo para a inscrição das chapas. Esse processo de eleição deve ser feito da forma mais clara e transparente, com divulga-

ção ampla dos prazos para permitir que diferentes chapas possam se inscrever. É importante que todos os estudantes do curso tenham conhecimento da data, do horário e das regras da eleição. Passar em sala de aula e tentar produzir cartazes, faixas e panfletos são boas maneiras de divulgar.

#### **6º PASSO:** A disputa de ideias

A saudável disputa de ideias é uma das principais características do movimento estudantil. Então, é importante que, após inscritas, as chapas tenham um prazo, determinado pela Comissão Eleitoral, para organizar as suas campanhas e produzir material com a ideia que cada um defende. Reservar um horário no auditório da universidade ou em outro local, convidar os estudantes e promover um debate entre as chapas. Isso é fundamental para a democracia estudantil, para o debate de ideias e para que as chapas possam expor suas ideias.

#### **7º PASSO:** A eleição

A eleição pode ser realizada em 1 (um) ou mais dias. Isso pode depender em razão da quantidade de estudantes e turnos existentes do curso. O objetivo principal é ter a maior participação possível. Para isso, é preciso facilitar o processo de votação para o estudante, por exemplo, instalando bancas de votação com as urnas em lugares estratégicos de grande circulação dentro da universidade (restaurantes, xerox, corredores), caso seja feita votação em urna. No caso de votação em assembleia, é possível organizar a votação em espaços amplos, como auditórios, quadras, pátios. O horário de votação precisa ser longo e abranger os três turnos. No dia da eleição, não deixe de passar em sala de aula com avisos, colando cartazes e convidando todos a participar.

#### **8º PASSO:** O resultado da eleição

Após o término da eleição, em caso de eleição em urna, com todas as bancas de votação encerradas e as urnas fechadas é hora de apurar os votos. A Comissão Eleitoral é responsável por fazer a ata registrando o número de votantes e a votação de cada chapa, declarando a vencedora.

**\*\*ATENÇÃO:** *É importante que esse resultado seja registrado em Cartório, junto com a ata de fundação do CA, atas de eleição, o Estatuto e a ata de posse da diretoria.*

#### **9º PASSO:** A diretoria

A chapa vencedora e sua diretoria eleita agora precisa juntar todos os que apoiaram sua carta programa para impulsionar as lutas dos estudantes, organizando a participação dos estudantes nas atividades do CA. A partir daí, o Centro Acadêmico do seu curso já está apto para sair a campo para defender os direitos dos estudantes. A diretoria do CA precisa, ainda, se cadastrar junto à UEE (quando houver) e à UNE, o que irá garantir que a nova entidade receba materiais informativos e possa participar dos fóruns e congressos de deliberação do movimento estudantil.

#### **10º PASSO:** Os documentos

Para o registro da diretoria e do CA, é preciso estar de posse dos seguintes documentos:

1. Carta convocatória da assembleia-geral de fundação do CA.
2. Lista de presença, devidamente assinada, da assembleia geral.
3. Ata da assembleia-geral assinada por quem a presidiu e por quem escreveu a ata. (3 cópias autenticadas)
4. Estatuto da entidade adequado à legislação atual. (2 cópias originais ou uma autenticada)
5. Carta convocatória da eleição para diretoria do CA aos estudantes.
6. Ata de eleição da diretoria. (2 cópias)
7. Ata de posse da diretoria. (2 cópias)

## Depois de fundar o CA

**Sede:** Com o CA fundado e registrado, o objetivo agora é conseguir uma sede física para que a entidade tenha um ponto de referência, possa fazer reuniões e organize da melhor maneira as suas atividades. Deve-se marcar uma reunião com a direção da instituição e reivindicar um espaço dentro da universidade para a instalação do CA.

**Identidade visual:** É importante que o CA tenha uma “cara”, uma identidade visual, ou seja, uma logomarca que será usada em materiais, campanhas. É claro que um logotipo gera custos. Então, a melhor saída é ser criativo. O CA pode fazer um concurso que escolherá entre os estudantes de comunicação/design/publicidade a melhor marca para a entidade.

**Redes Sociais:** A primeira ação do CA pode ser criar uma página no Facebook, Instagram e um perfil no Twitter. Nesses espaços, podem ser publicados o resultado da eleição e os nomes dos diretores, com um pequeno perfil e foto de cada um. Depois, a página e o Twitter serão instrumentos essenciais para divulgar as ações do CA e mobilizar os estudantes para as lutas e manter o contato dos estudantes com a diretoria eleita

**Jornal informativo:** Um maneira clássica e eficiente de se comunicar com os estudantes é por meio da criação de um jornal impresso, um boletim informativo que contará com as principais notícias sobre as atividades e lutas do CA. Para viabilizar a ideia, a entidade pode tentar buscar parcerias com estudantes do curso de comunicação.

*Passo a passo adaptado a partir da cartilha da UNE*

# **Modelo de Estatuto para Sindicato de Estudantes**

## **ESTATUTO DO CENTRO ACADÊMICO DO CURSO X – UNIVERSIDADE X**

### **Capítulo 1**

#### **Da natureza, finalidades, duração e sede**

**Art.1.** O centro acadêmico X fixo no Campus X (ENDEREÇO) fica constituída na forma de lei uma entidade civil, sem fins lucrativos, com finalidade de representar, coordenar e integrar os estudantes do curso X, que será administrado de acordo com o presente estatuto, devidamente aprovado em Assembleia Geral.

§1º. O centro acadêmico X a partir daqui denominado como X, reconhece o Diretório Central dos Estudantes – DCE da Universidade (COLOCAR NOME), a União Estadual dos Estudantes (COLOCAR DE QUAL ESTADO) e a União Nacional dos Estudantes – UNE, como entidades legítimas de representação dos estudantes, nos seus respectivos níveis de atuação, reservando, face a elas, sua autonomia.

§2º. Qualquer ação efetuada em nome deste estatuto e em conformidade com seus preceitos provêm do poder delegado pelos estudantes e em seu nome será exercido.

§3º. O CA X foi fundado na data (COLOCAR DATA) e tem prazo de duração indeterminado.

### **Capítulo 2**

#### **Dos objetivos e atribuições**

**Art.2.** São objetivos do CA X:

I – Representar os acadêmicos do curso junto a quaisquer órgãos ou autoridades da instituição de ensino ou fora dela no que concerne aos interesses de seus estudantes;

II – Promover a integração dos estudantes do curso X com os demais corpos discentes, docentes e técnico-administrativos, desta Universidade, bem como outros CA.s ou áreas afins desta e de outras instituições do país;

IV – Assegurar a ampla liberdade de discussão, por meio das assembleias e pela mobilização dos estudantes para sua participação.

V – Defesa do princípio da educação pública, gratuita e para todos, assim como estabelecido na Carta de Princípios do Congresso de Refundação da UNE de 1979;

VI – Cooperar com o corpo docente e de funcionários na defesa da educação pública, gratuita e para todos e no que tange a melhoria das condições de trabalho e ensino;

VII – Promover o desenvolvimento cultural e social do corpo discente;

VIII – Promover e incentivar relações do corpo discente com os demais universitários, assim como colaborar com as outras entidades estudantis na integração e defesa dos interesses dos estudantes;

IX – Lutar pela garantia das liberdades democráticas (livre manifestação, organização e expressão) dentro das atribuições do CA X e fora delas.

X – Manifestar-se publicamente, sempre que se fizer necessário, em nome dos estudantes do curso X;

XI – Lutar contra qualquer forma de discriminação e opressão dentro da Universidade e fora dela;

XII – Lutar, ao lado da classe trabalhadora, por uma sociedade justa, livre e igualitária.

XIII – Solidariedade à luta de jovens e trabalhadores de todos os países contra a exploração e opressão.

**Art. 3º.** Fica reservada a liberdade de cada gestão em organizar sua própria estrutura administrativa para fazer valer os objetivos gerais do presente estatuto.

### **Capítulo 3**

#### **Dos sócios**

**Art. 4º.** São Sócios do Centro Acadêmico X todos os que pertencem ao corpo discente do curso x da Universidade X.

**Art. 5º:** São direitos dos sócios:

I – Votar e ser votado, conforme as disposições do presente Estatuto;

II – Participar de todas as atividades promovidas pelo CA X;

III – Reunir-se, associar-se e manifestar-se nas dependências do CA X, bem como utilizar-se de seu patrimônio para realizar e desenvolver qualquer atividade que não contrarie o presente estatuto;

IV – Ter acesso aos livros, prestações de contas e documentos do Centro Acadêmico X.

§ único: Defendemos a livre associação dos estudantes e não reconhecemos a unicidade sindical, isto é, o presente Estatuto reconhece o reagrupamento dos estudantes para formar outras entidades de representação além do CA X.

**Art. 6º:** São deveres dos sócios:

I – Cumprir e fazer cumprir o estabelecido no presente Estatuto, bem como as deliberações das instâncias do CA X;

II – Lutar pelo fortalecimento da Entidade;

III – Zelar pelo patrimônio moral e material da Entidade;

IV – Exercer com dedicação a função na qual forem investidos;

**Art. 7º:** O pagamento de contribuição individual é um ato voluntário do sócio para a sustentação política e material da Entidade.

**Art. 8º:** Os sócios que infringirem os preceitos estatutários estarão sujeitos às penalidades:

I – Destituição de função;

II – Suspensão;

III – Expulsão.

§ 1º - No caso da alínea I, a destituição será decidida por maioria absoluta da Diretoria, cabendo recurso à Assembleia Geral.

§ 2º - As penalidades previstas na alínea II e III implicam respectivamente na perda temporária e definitiva dos direitos expressos no artigo 5º.

§ 3º - No que se refere ao parágrafo anterior, a decisão caberá à Assembleia Geral.

## **Capítulo 4**

### **Da organização e funcionamento da entidade**

**Art. 9º:** São instâncias do Centro Acadêmico X:

I – A Assembleia Geral;

II – A Diretoria;

#### **Seção I - Assembleia Geral**

**Art. 10º:** A Assembleia Geral é a instância máxima de deliberação da Entidade.

**Art. 11º:** A Assembleia Geral realiza-se:

I – Por iniciativa de, no mínimo, 1/3 dos membros da Diretoria;

II – Abaixo assinado de 5% ou mais dos sócios;

§ 1º – Toda Assembleia Geral será convocada através de editais e cartazes fixados que mencionarão data, horário, local e pauta.

§ 2º – A Assembleia geral será iniciada, em primeira chamada, se houver a presença de 25% do total de membros ou, em segunda chamada, vinte minutos depois, com qualquer número.

**Art. 12º:** Quando o curso X for oferecido em mais de um período, a Assembleia Geral poderá ser realizada em mais de uma sessão, durante os períodos em que as aulas são ofertadas (matutino, vespertino e noturno).

§ único – Para efeito de quórum e decisão, será considerada a soma dos presentes nas duas sessões.

**Art. 13º:** São atribuições da Assembleia Geral:

I – Aprovar seu regimento interno;

II – Aprovar a reforma do estatuto;

III – Deliberar sobre a aplicação das penalidades previstas no artigo 8º;

IV – Deflagrar o processo eleitoral e eleger a Comissão Eleitoral;

V – Deliberar sobre medidas de interesse dos sócios;

VI – Deliberar sobre os casos omissos no presente Estatuto;

VII – Revogar decisões da Diretoria.

§ único - No que se tratam as alíneas II, III, IV e VII, será necessária a presença, no momento da votação, de pelo menos 10% (dez por cento) dos sócios.

**Art. 14º:** As deliberações da Assembleia Geral se darão pela maioria simples dos votos.

#### **Seção II – A Diretoria**

**Art. 15º:** A Diretoria do Centro Acadêmico X poderá ter o número de membros que julgar necessário para o desempenho de suas funções, com um mínimo de quatro membros: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro. É possível adicionar outros cargos de acordo com as necessidades do CA. A diretoria poderá ter um corpo de suplentes, variáveis de 1 a 3 membros.

**Art. 16º:** São responsabilidades específicas:

##### **I – Do Presidente:**

Presidir as reuniões da diretoria; presidir as assembleias gerais; representar a entidade pública e juridicamente.

## **II – Do Vice-presidente:**

Substituir, com as mesmas atribuições, o presidente em caso de ausência ou impedimento; auxiliar o presidente na coordenação das reuniões e assembleias.

## **III – Do Secretário:**

Secretariar as reuniões da diretoria e assembleias, garantindo as atas das reuniões e deliberações e apoiar na administração do CA.

## **IV - Tesoureiro:**

Executar o planejamento econômico aprovado pela diretoria; movimentar, em conjunto com o presidente, a conta bancária da entidade; apresentar prestação de contas periódicas.

§ 1º – No caso de descumprimento do presente Estatuto ou da carta programa para o qual foi eleita, a diretoria pode ter seu mandato revogado pelos sócios. A revogação do mandato da diretoria deve proceder em Assembleia Geral, com a presença de 1/3 dos estudantes e com maioria simples dos presentes no momento da votação.

§ 2º – Cabe aos membros da Diretoria:

I - Gerir a entidade;

II - Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto; bem como divulgá-lo entre os sócios;

III - Cumprir sua carta-programa;

IV - Respeitar e encaminhar as decisões das instâncias do CA;

VI - Planejar a vida econômica da entidade;

VII - Convocar a Assembleia, nos termos do artigo 11º, alínea I;

VIII - Designar, dentre seus sócios, os membros da mesa de cada Assembleia Geral;

IX - Designar, dentre seus sócios, representantes da Entidade nas atividades em que o Centro Acadêmico X se fizer presente e designar um representante jurídico de cada gestão;

X - Convocar eleições para a Diretoria seguinte;

XI - Apresentar relatório de suas atividades e balanço no término do mandato.

**Art. 17º:** A Diretoria é um órgão colegiado que delibera por maioria simples de seus membros.

## **CAPÍTULO 5**

### **Das eleições**

**Art. 18º:** As eleições do Centro Acadêmico X serão realizadas na (DEFINIR DATA), sendo dirigida por uma comissão Eleitoral.

§ 1º - Para a organização da Comissão Eleitoral será convocada uma Assembleia Geral com, no mínimo, 15 dias de antecedência.

§ 2º - A Comissão Eleitoral será composta por cinco membros e três suplentes, definidos pela ordem de votação.

§ 3º - Não tomarão parte da Comissão Eleitoral os membros da Diretoria e das chapas candidatas.

§ 4º - A Comissão Eleitoral fixará data e horário para a abertura e encerramento das inscrições das chapas, bem como data e horário para votação e apuração dos votos fazendo a devida divulgação.

§ 5º - A Comissão Eleitoral deverá colocar no local de votação uma lista com os nomes dos membros de cada chapa.

§ 6º - Qualquer caso omissivo neste Estatuto, com relação às eleições, será resolvido pela Comissão Eleitoral.

**Art. 19º:** A inscrição será feita por chapa, com nome completo dos participantes, RA e nome da chapa entregue para a comissão eleitoral junto com sua carta-programa dentro dos prazos estabelecidos pela Comissão Eleitoral e no respeito ao presente estatuto.

§ único – O encerramento das inscrições das chapas deverá ser, no mínimo, 20 dias antes das eleições e a divulgação das chapas inscritas deve proceder em até 24h após o encerramento das inscrições.

**Art. 20º:** É permitida a reeleição dos membros da Diretoria.

**Art. 21º:** Será eleita a chapa que obtiver maior número de votos em relação a cada uma das demais, ou caso for chapa única, que tenha a metade mais um dos votos em relação ao número de presentes nas eleições ou Assembleia.

§ 1º - Não haverá exigência de quórum mínimo nas eleições.

§ 2º - Em caso de empate nas eleições, a Comissão Eleitoral deverá realizar eleição suplementar, apenas com as chapas que estiverem empatadas.

**Art. 22º:** O período de cada gestão será de um ano, partir da data da posse.

## **CAPÍTULO 6**

### **Do patrimônio e receita**

**Art. 23º:** O patrimônio da entidade é constituído pelos bens que possui e por outros que vier a adquirir, cujos rendimentos serão aplicados na satisfação de seus encargos.

**Art. 25º:** A receita da Entidade é regida pelo princípio da independência financeira para a conquista da independência política, portanto, nenhuma forma de verbas que retire ou diminua a autonomia do Centro Acadêmico X em relação ao seu Estatuto e a carta-programa deve constituir a receita da Entidade.

I - Contribuição dos sócios;

II - Não são admitidas contribuições compulsórias

III - Doação e legados;

IV - Arrecadações financeiras promovidas coletivamente com o apoio dos sócios;

§1º - O Centro Acadêmico X recusa verbas provenientes de locação de espaços, tais como xerox e cantinas.

**Art. 26º:** Em caso de dissolução do Centro, ficarão sob tutela da Diretoria do curso X e do Conselho de Centros Acadêmicos do DCE (onde existir) da Universidade X todos os bens, até que venham a ser solicitados por estudantes do curso X que se congregam em associação sob o nome de Centro Acadêmico.

## **CAPÍTULO 7**

### **Da reforma do Estatuto**

**Art. 27º:** No caso de reforma total, será eleita uma comissão para elaborar um projeto que, depois de divulgado, terá trinta dias para receber emendas. Será submetido, então, a apreciação

da Assembleia Geral, que decidirá pelo voto da maioria absoluta dos presentes.

**Art. 28º:** No caso de reforma parcial, a mudança do Estatuto deverá ser realizada pela Assembleia Geral, que decidirá pelo voto da maioria absoluta dos presentes, conforme artigo 13º, parágrafo único e artigo 14º, parágrafo único.

## **CAPÍTULO 8**

### **Das disposições gerais**

**Art. 29º:** Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações que a diretoria contrair em nome do Centro Acadêmico.

**Art. 30º:** Os diretores não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome do Centro Acadêmico, em virtude do ato regular da gestão.

## **CAPÍTULO 9**

### **Das disposições transitórias**

**Art. 31º:** O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação.

**Art. 32º:** A Diretoria deverá, imediatamente após a aprovação do presente Estatuto, providenciar sua divulgação, bem como seu registro.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

*Este Estatuto deve ser assinado por quem secretariou a assembleia estatutária e por um membro da comissão pró-CA. Deve ser registrado em cartório com reconhecimento de firma.*

## Modelo de ata de eleição

No dia \_\_\_\_\_ do mês \_\_\_\_\_ do ano \_\_\_\_\_ ocorreram as eleições do CA \_\_\_\_\_ (nome do CA) do curso de \_\_\_\_\_ da Faculdade/Universidade \_\_\_\_\_ da cidade de \_\_\_\_\_ . Concorreram nesta eleição as chapas:

- 1- Nome da chapa
- 2- \_\_\_\_\_
- 3- \_\_\_\_\_
- 4- \_\_\_\_\_

Votaram na eleição \_\_\_\_\_ (número de estudantes que votaram), pertencentes ao corpo discente dessa instituição. As chapas receberam a quantidade de votos conforme segue:

- 1- Nome da chapa, número de votos
- 2- \_\_\_\_\_
- 3- \_\_\_\_\_
- 4- \_\_\_\_\_

Houve \_\_\_\_\_ abstenções.

Foi eleita a chapa \_\_\_\_\_ para a gestão \_\_\_\_\_ (ano) do CA \_\_\_\_\_ , cujos membros são (colocar nome dos membros e seus respectivos cargos)

*A ata deve ser assinada pelo presidente da comissão de eleição, pelo presidente eleito, presidente do CA.*

*Deve-se registrar em cartório e reconhecer firma.*

## **Modelo de ata de posse da Diretoria do Centro Acadêmico**

Aos \_\_\_\_\_ (data por extenso) às \_\_\_\_\_ (hora por extenso), no \_\_\_\_\_ (local), na cidade de \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ (Estado), tomou posse a Diretoria eleito do Centro Acadêmico “\_\_\_\_\_” (nome do CA) para cumprir mandato de um ano, contando a partir da presente data. Para fins de direito, segue abaixo os respectivos cargos e nomes de diretores:

PRESIDENTE (nome e assinatura)

RG:

CPF:

Endereço:

Cidade-Estado

VICE-PRESIDENTE (nome e assinatura)

RG:

CPF:

Endereço:

Cidade-Estado

SECRETÁRIO (nome e assinatura)

RG:

CPF:

Endereço:

Cidade-Estado

TESOUREIRO (nome e assinatura)

RG:

CPF:

Endereço:

Cidade-Estado

Para fins de direito, essa ata será devidamente assinada pelo presidente da Comissão de Eleições, o presidente eleito e o Secretário do Centro Acadêmico “\_\_\_\_\_”. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente ata.

---

**Presidente**

---

**Presidente Comissão de Eleições**

---

**Secretário Geral**

*Deve-se registrar em cartório e reconhecer firma de todos os diretores eleitos e do representante da Comissão de Eleições.*

## Modelo de ata de fundação de Centro Acadêmico

Aos \_\_\_\_\_ (data por extenso) às \_\_\_\_\_ (hora por extenso), no \_\_\_\_\_ (local), na cidade de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (Estado), os estudantes do curso de \_\_\_\_\_ da faculdade de \_\_\_\_\_ da Universidade \_\_\_\_\_, reunidos em Assembleia Geral, sob a presidência de \_\_\_\_\_ (nome do estudante escolhido para presidir a Assembleia) e secretariada por \_\_\_\_\_ (nome do estudante escolhido para secretariar os trabalhos), escolhidos dentro os presentes na Assembleia Geral, dão por abertos os trabalhos da Assembleia dos estudantes do curso de \_\_\_\_\_ e colocam em discussão a pauta única da Assembleia: Fundação da entidade representativa dos estudantes do curso \_\_\_\_\_. Após intenso debate, aprovou-se o nome do Centro Acadêmico do curso de \_\_\_\_\_ da Faculdade \_\_\_\_\_ da Universidade, passando a ser designado de Centro Acadêmico “\_\_\_\_\_” (nome do Centro Acadêmico aprovado na Assembleia de Fundação). E, ficou convencionado que, todo ano, as próximas Diretorias do Centro Acadêmico \_\_\_\_\_ comemorarão o presente dia como data de fundação. Aprovadas as resoluções mencionadas anteriormente, passou à aprovação do Estatuto do Centro Acadêmico \_\_\_\_\_ que rege a entidade em ata anexa.

A seguir iniciou-se a discussão para a eleição da primeira Diretoria do Centro Acadêmico que será eleita no(a) (Assembleia ou disputa de chapa(s) em urna). Por fim, declarou-se fundado o Centro Acadêmico \_\_\_\_\_, órgão representativo dos estudantes universitários do curso de \_\_\_\_\_ da faculdade \_\_\_\_\_ da Universidade \_\_\_\_\_.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Assembleia Geral e a presente ata. Para fins de direito, vai a presente ata devidamente assinada.

\_\_\_\_\_  
**PRESIDENTE** (Nome do(a) estudante que presidiu a Assembleia Geral)

\_\_\_\_\_  
**SECRETÁRIO** Nome do(a) estudante que secretariou a Assembleia geral

*Deve registrar em cartório e reconhecer firma das assinaturas.*

## OUTRAS REFERÊNCIAS

- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: União Nacional dos Estudantes. Disponível em: <[www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-nacional-dos-estudantes-une](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-nacional-dos-estudantes-une)>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- UBES. História. Disponível em: <<https://ubes.org.br/memoria/historia/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- UNE. História e Memória. Disponível em: <<https://www.une.org.br/memoria/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.





